



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO ESPECIAL - PL 7180/14 - ESCOLA SEM PARTIDO			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 0017/17	DATA: 14/02/2017	
LOCAL: Plenário 10 das Comissões	INÍCIO: 15h50min	TÉRMINO: 20h02min	PÁGINAS: 94

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

RODRIGO JUNGMANN - Professor da Universidade Federal de Pernambuco; Mestre em Letras pela Universidade Federal de Pernambuco e Doutor em Filosofia pela Universidade da Califórnia.

GILMAR SOARES FERREIRA - Professor de História; Especializado em Psicopedagogia; representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação; Dirigente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Mato Grosso.

MIGUEL NAGIB - Advogado, Procurador do Estado de São Paulo, fundador do Movimento Escola sem Partido.

OSCAR HALAC - Reitor do Colégio Pedro II; bacharel em Química; Especialista em Educação na modalidade Administração Escolar; Mestre em Química Analítica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro; Doutor em Química Inorgânica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

SUMÁRIO

Debate sobre o Projeto de Lei nº 7.180, DE 2014. Deliberação de requerimentos.

OBSERVAÇÕES

Houve manifestação na plateia.

Houve exibição de vídeo.

Houve exibição de imagens.

Há oradores não identificados em breves intervenções.

Houve intervenções ininteligíveis.

Houve intervenções inaudíveis.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Boa tarde a todos.

Nos termos regimentais, declaro aberta a 5ª Reunião da Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei 7.180, de 2014, do Sr. Erivelton Santana, que altera o art. 3º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e as bases da educação nacional e seus apensados.

Esta reunião destina-se inicialmente à realização de audiência pública, nos termos do art. 50, inciso II, alínea “a” do Regimento Interno e, posteriormente, à deliberação de requerimentos.

Dando início à audiência pública, convido a tomar assento à mesa: o Sr. Rodrigo Jungmann, Professor da Universidade Federal de Pernambuco, Mestre em Letras pela Universidade Federal de Pernambuco e Doutor em Filosofia pela Universidade da Califórnia (*pausa*); o Sr. Oscar Halac, Reitor do Colégio Pedro II, Bacharel em Química, especialista em Educação na modalidade Administração Escolar, Mestre em Química Analítica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Doutor em Química Inorgânica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

O Dr. Oscar Halac justificou sua ausência nesta primeira fase dos trabalhos da Comissão, tendo em vista problemas com o voo. Ele está se esforçando para chegar a tempo de participar dos trabalhos. Está em voo para Brasília

Convido também para tomar assento à mesa o Sr. Miguel Nagib, Advogado, Procurador do Estado de São Paulo, fundador do Movimento Escola sem Partido (*pausa*); e o Sr. Gilmar Soares Ferreira, Professor de História; especializado em Psicopedagogia, representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, Dirigente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso. (*Pausa.*)

Para o melhor andamento dos trabalhos, esclareço que adotaremos os seguintes procedimentos: cada convidado disporá de até 20 minutos para sua exposição. Durante suas falas, os convidados não poderão ser aparteados e deverão limitar-se ao tema em debate.

Findas as apresentações, concederei a palavra primeiramente ao Relator, o Deputado Flavinho, que já presente e a quem agradeço a colaboração nos trabalhos



desta Comissão, e em seguida aos Deputados que se inscreverem para o debate. Portanto, essa é a sequência dos trabalhos desta Comissão.

Esclareço, para aqueles que estão vindo pela primeira vez e aos que nos acompanham, que o objetivo desta Comissão Especial é justamente o aprimoramento legislativo. A partir das propostas apresentadas, cabe a esta Comissão Especial verificar a constitucionalidade, a legalidade, a juridicidade, a técnica legislativa e o mérito da proposta principal e das apensadas. O trabalho da Comissão é pautado pelas regras constitucionais, especialmente com fundamento no art. 206, da Carta da República.

Esta Comissão tem uma missão extremamente importante. O papel dela é discutir, aprofundar o debate e construir um texto que seja o mais adequado aos interesses da boa educação, livre de qualquer preconceito, de ideologia e voltada aos interesses da criança, do educando e do professor, na sua sagrada missão de educar.

Portanto, vamos promover um bom debate — técnico, meritório, dentro e fora da Câmara — e oferecer um texto normativo, fruto de ampla colaboração. São os objetivos principais desta Comissão.

Desde já, em nome da Presidência, eu queria agradecer a presença dos convidados, dos expositores, nesta tarde de terça-feira, bem como do Relator, dos demais Parlamentares e das senhoras e dos senhores aqui presentes.

Passo a palavra inicialmente ao Prof. Rodrigo Jungmann para proferir sua exposição, pelo prazo de 20 minutos.

O SR. DEPUTADO PASTOR EURICO - Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Concedo a palavra ao Deputado Pastor Eurico.

O SR. DEPUTADO PASTOR EURICO - A título de sugestão, que é importante para o Relator e para todos nós, observo que tenhamos a disponibilidade a posteriori de todo o material apresentado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Agradeço a V.Exa. a lembrança. Na sessão anterior, nós já havíamos feito esse apelo.

Eu peço aos convidados que, dentro da disponibilidade de cada um, ofereçam à Secretaria da Comissão o conteúdo da exposição aqui apresentada.



Agradeço a sugestão de V.Exa.

Com a palavra o Prof. Rodrigo Jungmann.

O SR. RODRIGO JUNGMANN - Boa tarde a todos. Quero expressar minha gratidão pelo honroso convite de estar aqui diante de V.Exas.

Eu fui apresentado como doutor em Filosofia. Então, em princípio eu sou um filósofo. Quando se pensa nisso, vêm à mente abstrações, pensamentos que conseguem voar para além da realidade.

Eu sempre achei que a filosofia saudável, bem praticada, parte da realidade, parte da concretude. É evidente que o pensamento abstrato é uma das glórias da espécie humana, mas ele de pouco valor será se for divorciado daquilo que poderíamos chamar de o chão duro da realidade. Praticamente não vou falar aqui na condição de filósofo, de doutor em Filosofia, eu vou falar na condição de cidadão sensível aos apelos dessa realidade, dessa concretude. Especialmente faço um apelo muito simples a uma coisa que se pode dizer que está fora de moda hoje em dia, a boa e velha virtude do bom senso. Em alguns casos do bom senso elementar.

Desde já me declaro não apenas como defensor do Escola sem Partido. Eu diria mais, sou um defensor enérgico do Escola sem Partido. Como se verá no filme que eu passarei logo mais, eu fui, em alguns momentos, um defensor atacado do Escola sem Partido.

Farei algumas breves considerações de cunho geral sobre as quais o Prof. Nagib provavelmente vai falar muito melhor do que eu.

Do ponto de vista puramente jurídico, o meu entendimento é que não há no projeto nada que seja novidade. Se alguém ler os seis pontos, os seis deveres do professor, verá que estão no futuro do indicativo, portanto indicando a linguagem dos deveres, como nos Dez Mandamentos “*Não matarás, não roubarás etc.*”. Essa é uma das formas que a língua portuguesa consagra para expressar a linguagem dos deveres. No projeto, os pontos em questão estão expressos claramente na linguagem dos deveres.

Ora, a linguagem dos deveres, como ensinou Miguel Reale, o grande jurista paulista, falecido, tem como contrapartida a linguagem dos direitos e vice-versa. Se uma pessoa tem direito a “x”, outra pessoa tem o dever de fornecer “x” ao indivíduo em questão. Para todo direito há um dever correspondente, e assim por diante.



Portanto, em essência, é perfeitamente possível defender exatamente o mesmo ponto, com ligeiras diferenças fraseológicas.

Se nós desconsiderarmos essas ligeiras diferenças e fraseologias e atentarmos para a essência, para o fato de que o que no projeto do Prof. Nagib elas aparecem na linguagem dos deveres, na Constituição frequentemente aparece na linguagem dos direitos — essencialmente é a mesma coisa, dito de maneira distinta —, veremos facilmente que não há nada de novo, não há nada que, a rigor, já não esteja na lei, já não esteja na Constituição e, num caso particular, num acordo internacional do qual o Brasil é signatário, mas que tem, por ter sido assinado pelo Brasil, força de lei.

Isso, evidentemente, não tira do projeto o mérito de colocar essas questões com mais nitidez, de trazer a atenção da sociedade para elas, que é urgente, de uma forma mais clara e mais enfática do que já está no texto constitucional, embora a rigor já esteja lá. Na verdade, ser contra o projeto Escola sem Partido é ser contra a lei já existente, o que é uma loucura. É claramente uma loucura.

O projeto em si é contra qualquer tipo de doutrinação: doutrinação de esquerda, doutrinação de direita, doutrinação religiosa, doutrinação ateísta, doutrinação de todo e qualquer tipo. Na prática, porém, no Brasil, por razões históricas, é um projeto que de alguma maneira afeta muito mais o campo da Esquerda, porque ela — como se sabe, pela estratégia “gramscista” de tomada de poder — tomou conta de tudo na vida cultural brasileira. Quase 100% dos espaços foram ocupados pela Esquerda, como nas igrejas, a imprensa, muitas vezes, e, desnecessário dizer, nas escolas e nas universidades em que a hegemonia da Esquerda é simplesmente acachapante.

Essa hegemonia acachapante redunda indiscutivelmente numa prática deplorável de doutrinação, sim. Eu vou usar a palavra doutrinação aqui por conveniência. Eu vou repeti-la para não ter que, às vezes, usar outras palavras mais duras, porque em certos casos caberia falar em lavagem cerebral, não propriamente em doutrinação. (*Manifestação na plateia.*)

Eu presumo que nenhuma pessoa ache justo que haja doutrinação. Na verdade, alguns acham: o pessoal da Esquerda. Mas tudo bem!



O que se tem dito contra o projeto do Prof. Nagib, que agora está começando a tramitar? Eu coloquei aqui algumas críticas típicas, que são as mais encontradiças, as que eu tenho visto com mais frequência.

A primeira delas é simplesmente negar a premissa: “*Não, não existe doutrinação*”. Diante desse “não existe doutrinação”, eu tenho vontade — perdoem-me a franqueza — de dar gargalhadas. É evidente que existe doutrinação. Um vídeo que eu vou mostrar daqui a pouco vai deixar isso transparente, claro. Eu particularmente fui vítima dessa doutrinação. Mas deixo isso para o vídeo um tanto impactante que pretendo mostrar logo mais.

Outro argumento que se usa consiste basicamente em atacar o projeto, mediante críticas aos seus simpatizantes e proponentes. “*Feliciano apoia o projeto! Oh!*” E daí? “*Os Bolsonaros apoiam o projeto. Não sei quem apoia o projeto.*” Eu não penso nessas pessoas nem associo a elas nada de desairoso.

Independentemente disso, vamos supor que, de fato, houvesse algo a ser condenado nessas pessoas. Uma coisa é uma tese defendida por alguém, outra coisa é o caráter ou a conduta de quem a defende. Não se pode impugnar uma tese, um argumento, uma proposta meramente atacando a pessoa da qual se discorda, a não ser que se possa provar que uma coisa afeta diretamente a outra.

Quando se tenta fazer isso — sou professor de Lógica e falo isso com absoluta tranquilidade —, comete-se um erro muito tosco, muito pueril, que se chama falácia *ad hominem*, que é uma coisa muito boba. A Esquerda fala muito mal da Idade Média, mas, na verdade, foi uma época gloriosa para a humanidade. Nunca houve tanto debate nas universidades como na Idade Média. Naquela época gloriosa da Idade Média, qualquer pessoa que cometesse um *ad hominem* levaria um puxão de orelha de São Tomás na hora, de tão pueril e tão boba que é o erro de querer impugnar uma tese ou uma proposta simplesmente dizendo que não gosta de quem a propõe. E daí? Isso é uma coisa tão tosca que não merece maiores considerações.

Cito aqui um exemplo extremo: se o diabo enunciasse o Teorema de Pitágoras, o teorema não deixaria de ser verdadeiro por ter sido enunciado pelo diabo. Uma coisa é quem defende a posição, outra coisa é a verdade ou a correção da posição defendida. São duas coisas completamente diferentes. Quem mistura



isso comete falácia *ad hominem* — ponto! Desculpem-me por ser professoral neste momento, mas não há outro jeito.

Outro argumento da Esquerda que eu tenho visto muito, um pouquinho menos tolo, é o seguinte: “*O ser humano é naturalmente passional, e a neutralidade é uma ilusão. Ninguém consegue ser neutro, seja de direita, seja de esquerda. Então, já que ninguém consegue mesmo, vamos deixar tudo como está*”. Evidentemente, isso convém à Esquerda, porque eles dominam amplamente o cenário.

Ora, isso é falso. Sei que é falso porque sou professor e consigo ser um professor honesto. Eu já ensinei, por exemplo, a Teoria Política de Rawls e a Teoria Política de Nosick, que são diametralmente opostas. Eu tenho plena consciência de que ensinei ambas de maneira justa e equilibrada, sem forçar a barra para um lado ou para outro. Esse é só um exemplo.

Quanto a essa questão da passionalidade, eu mesmo não levo as minhas posições políticas para a sala de aula. Às vezes ocorre, quando algum aluno me provoca, mas em geral eu não levo. Não acho que esse seja o papel do professor.

Na verdade, eu sou tão desprovido dessa passionalidade que, certa vez, mal havia eu adentrado nos quadros da Universidade Federal de Pernambuco, alguns alunos, ao perceberem que eu era conservador — portanto, um em mil ali dentro —, brincaram comigo, porque na época estava havendo uma recepção para um filósofo de extrema-esquerda chamado Slavoj Zizek, que foi recebido com todas as honras na universidade. Quando esse senhor foi recebido, alguns alunos, em tom muito brincalhão, jocoso, me disseram: “*Professor, o senhor não vai lá ver? É interessante*”. Eu deixei claro que não iria, que não interessava, que não era a minha praia, digamos assim. Embora eu pense que Slavoj Zizek seja um louco de extrema-esquerda que flerta com a defesa do terrorismo, ainda assim, eu sequer tentei, por um momento, demover algum aluno da intenção de ver a palestra. Se quer ver, vá ver!

Mas há palestras minhas — isso ficará claro aqui nas apresentações — que foram interrompidas e invadidas por gente de esquerda que simplesmente não admitia o pensamento discordante. Portanto, eu considero falso que a neutralidade seja impossível, que a pessoa ter esse equilíbrio seja impossível.



A Esquerda fala que prejudica o senso crítico. Como assim? Se você tem acesso a mais posicionamentos, a mais visões, a mais perspectivas, é óbvio que isso só pode beneficiar o senso crítico. Prejudica o senso crítico você ter acesso a uma gama restritíssima de opiniões e posicionamentos, a não ser que, como ocorre na língua duplipensar da Esquerda, senso crítico seja um eufemismo para pensamento esquerdistas. Na prática, é para tantas dessas pessoas.

Um outro argumento muito frequente usado por esse pessoal é que, de alguma maneira, afrontaria a liberdade de expressão. Isso também não cabe, porque a liberdade de expressão, embora sagrada, tem algumas condicionantes em sala de aula. Um professor não pode, com justeza, na sala de aula, em vez de dar aula, ficar contando piada. Ele não pode fazer isso. Se ele fizer isso, estará afrontando a ética profissional. Assim como não pode abandonar o seu assunto para ficar toda a aula fazendo proselitismo político. Não cabe. Simplesmente não é cabível. Portanto, não vale dizer que a liberdade de expressão é, de alguma maneira, afrontada.

Há outro ponto importante. Já que o projeto deixa claro que, sempre que houver perspectivas diferentes sobre um assunto, o aluno deve conhecer os vários lados, de uma maneira honesta, séria e tudo o mais, já que existe isso, é preciso notar que há aqui um ponto a ser frisado. Sim, existem certas situações na vida intelectual em que há matérias controvérsias a respeito das quais pessoas igualmente honestas, igualmente movidas por um espírito de boa-fé, podem ter posições distintas e contrastantes, podem buscar a verdade, embora discordem. E, nesse caso, evidentemente cabe um debate honesto e sério. É esse debate que se identifica com aquilo que verdadeiramente pode ser chamado de senso crítico. Mas existe também uma coisa chamada verdade factual.

Quando estão em jogo fatos, não cabe falar propriamente de opiniões. O analista político americano Daniel Patrick Moynihan gostava de dizer o seguinte: *“Você tem direito as suas próprias opiniões, mas você não tem direito aos seus próprios fatos”*.

Vamos pensar um pouco nessa questão dos fatos quando se considera o ensino no Brasil. Vejam bem, aqui eu tenho em mente o plano puramente factual, certas coisas estão estabelecidas como fatos. Não é questão de opinião. Uma vez



que algo seja estabelecido como fato — já dizia São Tomaz de Aquino: contra fatos não há argumento —, fato é e pronto.

Eu vou ter que ser um tanto duro, mas a verdade é que a Esquerda peca gravemente, seja por comissão, por agir, seja por omissão. Quantos livros didáticos esquerdistas dizem mais do que algumas palavras indiretas e vagas sobre os mortos do comunismo? Na menor estimativa que eu já vi até hoje, por autor idôneo, chegaria a 70 milhões. A menor estimativa que eu já vi por autor idôneo.

Pensem ainda no regime militar, em que um dos lados é apresentado como sacrossanto e o outro como composto exclusivamente de monstros, uma visão completamente distorcida da realidade. A verdade é que, independentemente dos pecados da ditadura militar, o fato é que havia, sim, gente que queria implantar uma ditadura de sinal trocado, uma ditadura de esquerda. Isso é fato. (*Palmas.*) A Esquerda menciona isso nos livros didáticos e coisas do gênero. Vejam, quando se trata de fato, não tem este negócio: “Ah, minha opinião”. Não, é fato.

Um tema que me é muito caro, a Igreja Católica. No meu Facebook, gosto muito de criticar o que chamo de professorzinho de História semianalfabeto. O quanto o professorzinho de História semianalfabeto fala mal da Igreja Católica é uma coisa impressionante. Qualquer menino de 14 anos acha que a Igreja Católica tem todo um histórico de oposição à Ciência, que a Igreja é incompatível com a Ciência. Então me explique como há milhares de crateras na Lua com nome de padres jesuítas, que também eram cientistas? Aí citam o caso de Galileu, que é um caso não apenas isolado, mas que eles sempre contam de maneira não muito precisa. Ou pensem na Guerra do Paraguai, em que Solano López, um tirano sanguinário, é apresentado como uma espécie de protossocialista idealista.

Vejam que com muita simplicidade eu creio que se possa desmontar facilmente todas as falácia esquerdistas lançadas contra o Escola sem Partido.

No restante da minha apresentação, eu passo a tratar, já que o fundamental é estabelecer que há, sim, doutrinação, de algo que aconteceu comigo, embora não tenha sido só comigo, não é fato isolado, acontece com várias pessoas no Brasil. Acontece às vezes de uma pessoa ser escorraçada se estiver com uma camisa de certo candidato, de certo político. Aconteceu recentemente em Minas Gerais, com um rapaz que estava num debate. Ele mostrou uma camisa. Não apenas caçaram a



palavra dele, mas bateram no rapaz. Que a doutrinação existe, é absolutamente inconteste.

Creio que estou fazendo o uso folgado do tempo na minha apresentação. Eu peço que a operadora mostre um pequeno vídeo nessa tela e faça algumas pausas. Vejam bem, todos esses casos aconteceram com a minha pessoa.

Só um breve comentário. O primeiro trata de uma palestra sobre marxismo cultural na Universidade Federal de Pernambuco. Alguns alunos tiveram a ideia da palestra, que eu prontamente encampei com muita alegria, muita satisfação. Um dos alunos criticou a feminista americana Shulamith Firestone que, no seu livro *A Dialética do Sexo*, página 260 da edição em inglês, defende com todas as letras o fim do tabu da pedofilia, do sexo entre adultos e crianças. Ela diz isso, está lá no texto dela. E o rapaz se limitou meramente a mencionar isso. Prontamente, alguns esquerdistas que estavam lá, infiltrados na sala, saíram. Dali a pouco a professora de Antropologia cobra satisfações: “*Vocês estão caluniando o feminismo! Como pode?*”

Invadiram a minha sala e interromperam o evento por cerca de meia hora. A duras penas conseguimos que saíssem.

O segundo vídeo será de um debate sobre a questão Israel/Palestina que tive com o cartunista Carlos Latuff — alguns aqui já ouviram falar —, no qual defendi Israel com unhas e dentes. Aliás, é uma das causas que eu me orgulho de defender. Vocês verão que uma das moças na plateia, cujo rosto não aparece, tem um comportamento um tanto histérico.

O terceiro vídeo mostrará uma situação em que eu fui literalmente enxotado da FAFICA — Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Caruaru. A coisa se deu da seguinte forma. Eu fui ousado, eu critiquei Paulo Freire. Eu disse que o “paulo-freirismo” é um grande mal para a educação nacional. Um dos professores da casa muito simplesmente tomou o microfone da minha mão. Ele pura e simplesmente tomou a minha palavra. Ele tomou o microfone da minha mão. Disse que não admitia críticas a Paulo Freire naquela instituição. A palestra foi interrompida. Eu tive que ir embora. Os senhores verão cenas em que eu sou enxotado daquela faculdade aos gritos de fascista. Há um momento em que eu me viro para os



manifestantes e peço que, afinal de contas, definam fascismo. Mas ninguém foi capaz de definir, apenas continuaram me chamando de fascista.

Concluo com o último *take*, que não é um vídeo. São imagens fixas, com algumas fotos do meu gabinete pessoal, que foi completamente depredado durante as — algumas pessoas chamam, eufemisticamente, de ocupações; eu chamo de invasões mesmo — invasões ilegais que ocorreram em várias universidades brasileiras, em particular naquela em que eu trabalho, a Universidade Federal de Pernambuco. Os senhores verão o estrago que foi feito na minha sala. Algumas imagens, algumas fotos são um tanto chocantes e assustadoras.

Com isso, eu peço à operadora que comece o vídeo. Ao fim, eu vou perguntar se tudo isso não é evidência de que a doutrinação existe, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pastor Eurico) - Nós vamos prorrogar por 5 minutos. Entendemos que se prorrogarmos o prazo para o nobre orador, vamos também ter necessidade de prorrogar para os demais.

(*Exibição de vídeo.*)

O SR. RODRIGO JUNGMANN - Diante de toda essa evidência, eu diria que obviamente existe doutrinação.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - Sr. Presidente, pela ordem. Só um minutinho, por gentileza, para um esclarecimento. Pode ser?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pastor Eurico) - Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - Srs. Deputados, eu quero cumprimentá-los nesta tarde e dizer a todos que o meu nome parlamentar é Paulo Freire, mas, graças a Deus, não tem nada a ver com o educador Paulo Freire. Os meus pais não se inspiraram nele para colocar o meu nome de Paulo Freire. É somente o meu nome parlamentar. O meu nome todo é Paulo Roberto Freire da Costa.

Eu quero parabenizar o orador. Eu cheguei aqui um pouco atrasado, mas tive a satisfação de ouvir o final da sua palestra. Estou muito feliz, muito contente pelas suas declarações em defesa do projeto Escola sem Partido.

Era somente isso.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Pastor Eurico) - Obrigado, Deputado.

Dando sequência aos oradores, passaremos a palavra agora ao Sr. Gilmar Soares Ferreira. S.Sa. tem 20 minutos para a sua fala.

O SR. GILMAR SOARES FERREIRA - Quero saudar todos os presentes a esta audiência: Deputado Pastor Eurico, que preside esta sessão; Deputado Flavinho, Relator; senhoras e senhores.

Permitam-me fazer a leitura do que preparei para esta audiência.

Trata-se de audiência pública da Comissão Especial Escola sem Partido, destinada a dar parecer ao Projeto de Lei nº 7.180, de 2014, do Sr. Deputado Estadual Erivelton Santana, do PEN, que altera o art. 3º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, incluindo nova diretriz às já existentes, acrescentando o inciso XIII ao art. 3º da referida Lei: “XIII - respeito às convicções do aluno, de seus pais ou responsáveis, tendo os valores de ordem familiar precedência sobre a educação escolar nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa, vedada a transversalidade ou técnicas subliminares no ensino desses temas”.

Apensados a este projeto de lei estão outros semelhantes, a saber: PL 7.181, de 2014, que “Dispõe sobre a fixação de parâmetros curriculares nacionais em lei com vigência decenal”, com idêntico teor do Projeto 7.180, de 2014, e o Projeto de Lei nº 867, de 2015, do Sr. Izalci Lucas, que “inclui, entre as diretrizes e bases da educação nacional o programa Escola sem Partido”. Este último é proposição que se espelha em anteprojeto de lei elaborado pelo Movimento Escola sem Partido, uma iniciativa conjunta de estudantes e pais preocupados com o grau de contaminação político-ideológica das escolas brasileiras em todos os níveis do ensino básico ao



superior que vem sendo apresentado em vários Estados e Municípios, mas que teve sua inconstitucionalidade decretada em alguns âmbitos apresentados.

Sobre o pano de fundo da questão, uma suposta contaminação político-ideológica dos estudantes nas escolas brasileiras.

Inicialmente, temos que considerar que esta discussão é antiga. Quem já não ouviu esta frase: “Não se deve misturar educação e política?” E, no tempo da ditadura, “Diretor de escola não pode ser filiado a um partido?”

Eu mesmo, nos idos de 1982, com 14 anos de idade, e já estudando no ensino noturno, por necessidade, no recém-criado Estado de Rondônia, fui advertido pela secretaria da escola que ali não se poderia falar em política e nem em greve. Todos aqui devem se lembrar da situação econômica de 1982: saques em supermercados nos grandes centros, desemprego, fome e miséria, e o regime militar tendo que abrir frentes de trabalho em garimpos no Centro-Oeste e na Região Norte, assim como promoveu a colonização de extensas áreas de terras devolutas com o intuito de aliviar a tensão do grande contingente de mão de obra desocupada. E, sem as medidas de locomoção de parte dessa população desempregada dos grandes centros, corria-se o risco de uma convulsão social.

Isso explica em parte porque naquele tempo era proibido falar em política dentro da escola. Agora, imaginemos a situação que estamos vivendo com os Estados do Espírito Santo e Rio de Janeiro, com claros indícios de minimização do Estado nas políticas públicas e grandes valores repassados às elites empresariais



através das políticas de isenção e renúncia fiscal, sob o crivo da Lei da Mordaça em que nossos educadores e estudantes ficariam impedidos de refletir essas questões. E as ameaças de obstrução das investigações da Lava Jato denunciadas pela Revista Veja do último final de semana? Imaginem, no âmbito das escolas, estarmos impedidos de fazer as perguntas necessárias para refletir e entender tal situação!

Entretanto, da redemocratização de nossa sociedade, de 1986 a 1988, nasceram a nossa atual Constituição e a LDB, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Que dizem elas sobre esta polêmica questão?

Como afirma o professor João Monlevade, ‘a Constituição é clara. Cidadãos são sujeitos de direitos. E, numa democracia, todos os cidadãos são sujeitos de todos os direitos. Direito a nascer, a ser educado, a conservar a saúde, a ter abrigo, a ter previdência, a se casar, a trabalhar, a governar e a ser governado. Direito a votar e a ser votado.

Ou seja, todos os cidadãos e cidadãs — inclusive os professores e funcionários da educação — têm o direito de votar e ser votado. Ora, nossa sociedade é uma democracia representativa governada pelos Poderes Executivos e Legislativos eleitos pelo povo. E só podem ser candidatos os cidadãos e cidadãs que ingressam em partidos políticos. Isso é óbvio: os critérios que orientam nossos votos são os programas dos partidos, não devem ser os penteados das candidatas ou os sorrisos dos candidatos. O DEM tem um programa sobre a questão agrária; o PCdoB tem outro; o PT, o dele; e o novo Partido



Ecológico Nacional tem outro diferente.” Quantos partidos temos no Brasil? Quantos estão pedindo o seu registro?

“E seus candidatos, se eleitos, devem cumprir o programa de seus partidos. É isso que está na Constituição Federal e na Lei Eleitoral”.

Continua o nosso ilustre Professor: Os estudantes, quando chegam aos 16 anos, têm o direito de votar. Aos 18 anos, se forem aceitos num partido, podem ser votados. Chegaram à cidadania plena, ao direito de governar, porque votar também é governar, e se vota com consciência graças aos conhecimentos e valores que se adquiriram na escola. O que de fato transparece quando um projeto de lei aponta que uma escola não pode ter partido? Acaso as escolas têm um partido? Apontem aqui dentro do Congresso o nome de um Deputado, Deputada, Senador ou Senadora que forá eleito com a insígnia de uma escola e o partido a que esta escola pertence.

(Palmas.)

Provavelmente, muitos dos que foram eleitos para a atual Legislatura, oportunamente, incluíram em suas plataformas de campanha as reivindicações políticas da juventude e de estudantes que foram às ruas em junho de 2013, o que promoveu relativa renovação na atual Legislatura. Muitos dos debates que culminaram naquela grande manifestação tiveram origem e retornaram com grande repercussão nas escolas, porque a escola, como microespaço da sociedade, não pode ficar imune aos processos políticos, econômicos e sociais. Estes processos interferem diretamente na formação dos futuros cidadãos e cidadãs.

Então, para termos claros os riscos presentes nas matérias em debate nesta Comissão, precisamos ter



claros os objetivos da educação escolar. Assim responde a LDB: o desenvolvimento da pessoa, a qualificação para o trabalho e o preparo para o exercício da cidadania. E só existe cidadania plena, efetiva, positiva, com o ingresso num partido e com a fidelidade partidária. Ao menos, toda cidadania decorre de leis, votadas por representantes eleitos pelo povo e por seus partidos.

A escola, principalmente do ensino médio, tem que oferecer a Educação Política a seus estudantes, estudar os programas dos partidos de sua cidade e abrir os olhos da comunidade para ver se os Prefeitos, os Vereadores, os Deputados e os Governadores estão cumprindo os estatutos partidários e suas plataformas eleitorais. Professor calado é escola amordaçada, negação de liberdade, caminho de desagregação social e fim da autonomia e soberania do povo.

(Palmas.)

Isto não quer dizer que o professor, o profissional funcionário de uma escola, a gestão de uma escola têm que impor a sua opinião, o seu pensamento, o seu partido. Se isto acontecer, a própria Constituição e a própria comunidade escolar têm as prerrogativas de intervir no processo e estabelecer o regramento democrático.

Entretanto, há uma condição que precisa ser reconhecida na escola: a escola é espaço democrático, de convivência com as diferenças de todos os matizes.”

Os conflitos aqui passados em vídeo são naturais da convivência do ser humano, principalmente do ponto de vista dos interesses. (*Manifestação na plateia.*)

Vivemos numa sociedade de interesses, que naturalmente se estabelecem do ponto de vista do confronto de ideias e projetos. Quem não entende esta condição



não tem inclusive o direito de estabelecer sobre a representação da população.
(*Tumulto na plateia.*)

Preciso continuar se me garantirem o direito à palavra.

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Está garantido, Sr. Presidente. Só ele fala ao microfone.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Peço compreensão a V.Exas. Neste momento, a palavra está assegurada ao expositor.

Sempre que houver qualquer interferência indevida, esta Presidência lhe assegurará a palavra. Não é preciso invocar a Presidência nesse sentido. Ela, de pronto, fará cumprir o Regimento e irá garantir a palavra ao convidado.

V.Sa. está com a palavra.

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Sr. Presidente, é que doutrinaram o Deputado Lincoln. Por isso, S.Exa. está assim, com a minha aquiescência total.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Agradeço a V.Exa.

Obviamente, todos os Parlamentares conhecem a profundidade do tema e também sabem das paixões que envolvem a defesa desse tema. No momento oportuno, cada um terá a possibilidade de manifestar suas posições democraticamente, respeitosamente.

Agradeço a compreensão de todos.

Tem a palavra o eminente expositor.

O SR. GILMAR SOARES FERREIRA - Muito obrigado.

"Entretanto, há uma condição que precisa ser reconhecida na escola: a escola é espaço democrático de convivência com as diferenças de todos os matizes — de religião, de sexo, de raça e de cor —, assim como das mais variadas correntes políticas. Na escola, é na convivência dos diferentes que se aprende o respeito como iguais, diferentes que são. Do contrário, viveríamos numa unanimidade, e alguém sabiamente já falou que toda unanimidade é burra.



A justificativa de que, aspas, ‘a escola, o currículo escolar e o trabalho pedagógico realizado pelos professores em sala de aula não deve entrar no campo das convicções pessoais e valores familiares dos alunos da educação básica’, fecha aspas, não é digna de consideração, por justamente desconsiderar a escola na sua atividade fim, o aprendizado. E o aprendizado é mediado pela relação, pelo diálogo, pela pergunta, pela dúvida.

Se por educação entendemos ser ‘o processo de transmissão e indução de cultura que se dá no convívio entre gerações numa determinada sociedade’, a educação escolar é o mesmo processo de educação quando se dá no âmbito de uma instituição específica, de forma intencional e sistemática.

O que se estuda em cada disciplina? Por que é necessário estudar História, Geografia, Química, Física? Qual é a relação entre as áreas do conhecimento no desenvolvimento da humanidade? Por que no ensino médio, agora, somente Português e Matemática serão disciplinas obrigatórias nos 3 anos? Por que na escola é importante falar dos efeitos climáticos atualmente, quando os países mais desenvolvidos insistem em continuar produzindo com alta poluição? Por que temos de falar de processo de desertificação no sul do Brasil, advindo de uma prática de produção em larga escala, de uma agricultura predatória? Por que temos de esclarecer sobre o uso de defensivos agrícolas e suas consequências na saúde do povo brasileiro? Por que temos de esclarecer que o agronegócio e o comércio das sementes geneticamente modificadas atentam contra as sementes crioulas e a diversidade da agricultura familiar? Por que



não debater o fato de que sempre que a população mais pobre teve aumentado o poder de compra, através do aumento do salário mínimo, seguiu-se, na história do Brasil, suicídio (...) de presidente ou golpe?

Há que se esclarecer aqui que não se está negando o direito dos estudantes (...)"

(Risos.)

Sr. Presidente, nos nossos encontros entre profissionais de educação, nessas situações, dizemos: “*Quinta série, comporte-se!*”

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Eu vou pedir, mais uma vez, compreensão aos Srs. Parlamentares. *(Pausa.)*

Agradeço a compreensão de V.Exas. A palavra está assegurada ao convidado, que não pode ser interrompido.

O SR. DEPUTADO PR. MARCO FELICIANO - Mas não podemos nem sorrir? Sr. Presidente, eu quero que V.Exa. responda se podemos respirar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Agradeço a compreensão de V.Exa.

O SR. DEPUTADO PR. MARCO FELICIANO - Podemos respirar? Sim ou não?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Agradeço.

O SR. DEPUTADO PR. MARCO FELICIANO - Muito obrigado, Sr. Presidente. *(Manifestação na plateia.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Se estiver no Regimento, fique à vontade.

O SR. GILMAR SOARES FERREIRA - Muito obrigado.

“Há que se esclarecer aqui que não se está negando o direito de os estudantes pensarem de acordo com o seu grupo social, sua família, ou como a religião lhes ensina. O que se está querendo dizer aqui é que, na escola, não se pode proibir o descortinar de todas as tendências e pensamentos, porque a intencionalidade e sistematicidade da educação escolar é considerar o



acúmulo social para, considerando os caminhos já trilhados pela humanidade, avançar em melhores condições de vida para todos, daí o maior fruto da democracia é a cidadania que assegura direitos para todos.

Convém aqui lembrar que a inclusão do texto proposto como princípio no PL 7.180/2014 é, na verdade, uma desconsideração de vários princípios no próprio escopo da CF e da LDB, como o que considera, em seu art. 3º, a liberdade de aprender e ensinar (inciso I), bem como o respeito à liberdade e à tolerância (inciso IV) e, em especial, o art. 12 da LDB, que aponta vários elementos reclamados nos projetos de lei apensados.

Mas parece que o problema é a liberdade, a necessidade de diálogo, a convivência com o diferente que incomoda. Por isso, considerando as exigências, o viés democrático das relações de ensino e aprendizagem em que vivemos hoje, o conteúdo dos PLs 7.180, 7.181 e 867 quer, na verdade, restringir a liberdade de pensamento e reflexão, trazendo sim de volta às escolas o doutrinamento e o ensino de verdades absolutas de alguns segmentos sociais bem assistidos na conjuntura atual, na forma política, econômica e religiosa.

Convém aludir aqui à manifestação, em ADI nº 5.537, do Ministro Relator Roberto Barroso, em 20 de julho de 2016, que discorre sobre a 'ofensa ao princípio constitucional do pluralismo de ideias e concepções pedagógicas' em projeto de lei aprovado no Estado de Alagoas: 'É preciso atentar ainda para o fato de que, ao criar novas diretrizes para a atuação dos professores em sala de aula, o diploma legal impugnado colide frontalmente com o princípio constitucional do pluralismo



de ideias e concepções pedagógicas, previsto no art. 206, inciso III, da Constituição da República, in verbis:

‘Art. 206 o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: (...) III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino’.”

Nesse sentido, vale conhecer aqui o trecho do Aviso nº 111/2016, exarado pelo Ministério da Educação, sobre o Projeto de Lei que deu origem à norma legal já anulada:

‘O Ministério da Educação entende que, ao definir a neutralidade como um princípio educacional, o indigitado Projeto de Lei contradiz o princípio constitucional do pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, uma vez que tal pluralidade efetiva-se somente mediante o reconhecimento da diversidade do pensamento, dos diferentes saberes e práticas. O cerceamento do exercício docente, portanto, fere a Constituição brasileira ao restringir o papel do professor, estabelecer a censura de determinados conteúdos e materiais didáticos, além de proibir o livre debate no ambiente escolar. Da mesma forma, esse cerceamento pedagógico impede o cumprimento do princípio constitucional que assegura aos estudantes a liberdade de aprender em um sistema educacional inclusivo.’”

No mesmo sentido, foi elaborada a Nota Técnica nº 10/2016 da SECADI/MEC, que também está anexada à Ação Direta de Inconstitucionalidade referida e que foi exarada pela mesma Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão daquela Pasta:

“4.1 O Projeto de Lei contraria princípios legais, políticos e pedagógicos que orientam a política educacional brasileira, que, no processo de consolidação



da democracia, apontam para a autonomia dos Sistemas de Ensino na elaboração dos projetos político-pedagógicos, a liberdade de ensinar e aprender, o pluralismo de ideias e concepções, a contextualização histórica, política e social do conhecimento, a gestão democrática da escola, a valorização da diversidade humana e a inclusão escolar.

4.2 Ao definir a neutralidade como um princípio educacional, o Projeto de Lei contradiz o princípio constitucional do pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, uma vez que tal pluralidade efetiva-se somente mediante o reconhecimento da diversidade do pensamento, dos diferentes saberes e práticas. O cerceamento do exercício docente, portanto, fere a Constituição brasileira, ao restringir o papel do professor, estabelecer a censura de determinados conteúdos e materiais didáticos, além de proibir o livre debate no ambiente escolar. Da mesma forma, esse cerceamento pedagógico impede o cumprimento do princípio constitucional que assegura aos estudantes a liberdade de aprender em um sistema educacional inclusivo.

4.3 A contrariedade desse Projeto de Lei também está na afirmação de que a educação moral é prerrogativa dos pais, ignorando o art. 205 da Constituição Federal, que determina a educação ser dever do Estado e da família, em colaboração com a sociedade, sem distinguir competências exclusivas dos pais e da escola, não separando as diversas dimensões do processo educativo, que envolve a apreensão de conhecimentos, a construção de valores e o desenvolvimento do pensamento crítico.

4.4 O argumento explicitado no documento de que existem professores que impõem ideologias e induzem os



estudantes a um pensamento único, usado como justificativa para suposta neutralidade educacional, na verdade, trata-se de uma deturpação da pluralidade presente no processo de construção do conhecimento, que historicamente esteve presente nos espaços educacionais. Tal argumento também se propõe a incriminar os professores que manifestam posicionamentos presentes na sociedade, quando a diversidade de concepções integra o desenvolvimento acadêmico social e cultural dos estudantes.

4.5 Diante do exposto, considera-se que o Projeto de Lei diverge das diretrizes educacionais brasileiras estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação — CNE, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional — LDB, pelo Plano Nacional de Educação — PNE e pela Constituição Federal.”

Para concluir, eu gostaria de emprestar uma síntese da Profa. Doutora Juçara Dutra Vieira, ex-Presidente do CPERS, do Rio Grande do Sul, e também da nossa Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação — CNTE, que afirma: “a proposta de escola sem partido é parte de um ideário que subordina valores como democracia, senso crítico e respeito às diferenças aos interesses da classe que representa. Isso afeta desde a organização de grêmios estudantis até o esvaziamento — no caso, a proibição — do pleno exercício profissional dos educadores”.

E para concluir mesmo, digo que a CNT acrescenta: “Tal postulado é uma afronta ao Estado de Direito, soberanamente instituído em nossa Constituição Federal”.

Era o que eu tinha a considerar, Sr. Presidente. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Esta Presidência agradece as contribuições do eminent Prof. Gilmar Soares Ferreira junto aos trabalhos desta Comissão Especial.



O SR. DEPUTADO LINCOLN PORTELA - Sr. Presidente, eu queria fazer uma retratação, da minha parte.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Tem a palavra o Deputado Lincoln Portela.

O SR. DEPUTADO LINCOLN PORTELA - Sou 2º Vice-Presidente desta Comissão, estou nesta Casa no meu quinto mandato, e confesso que nunca extrapolei dessa maneira. Sou conhecido nesta Casa como um democrata.

Quero dizer ao Prof. Gilmar, olhando nos seus olhos — minhas escusas, nada pessoal tenho contra V.Sa. —, que a grande realidade é que nós temos visto pessoas virem aqui subir nessas mesas, gritando, jogando coisas em Parlamentares que pensam diferente delas, e nós também nos cansamos. Não estou me justificando, mas ficam aqui as minhas escusas em relação a V.Sa., que, dentro do seu pensamento, pôde expô-lo democraticamente.

Agora, num dado momento, farei a minha exposição.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Esta Presidência cumprimenta V.Exa., Deputado Lincoln Portela. Conhecendo sua postura, seu caráter e sua posição política em relação a esse tema, não me surpreende o gesto de grandeza manifestado por V.Exa. neste momento. Esta Presidência o cumprimenta por esse gesto.

Enquanto o Prof. Miguel Nagib, que é o próximo a falar, consegue dispor de um microfone para sua exposição, eu queria apenas comunicar aos Srs. e Sras. Parlamentares aqui presentes, aos convidados e ao Relator que esta Presidência tem tido o cuidado de, sempre que promove as audiências públicas, colocar aqui expositores com opiniões divergentes. Há aqueles que defendem o Projeto Escola Sem Partido e há aqueles que são contra as propostas aqui apresentadas.

Assim como fizemos na audiência pública anterior, quando aqui trouxemos quatro expositores — dois favoráveis e dois contrários à matéria —, também nesta assentada convidamos dois favoráveis e dois contrários.

Neste momento, apenas um expositor se apresenta contrário à matéria, mas isso não ocorre por responsabilidade desta Presidência. O Prof. Oscar viria do Rio de Janeiro, e a informação que nós temos é que ele está a caminho, mas parece



que teve um problema com o voo na saída daquela cidade. Estamos aguardando ele chegar e se apresentar ainda dentro do tempo que nos resta.

Faço esse registro por dever de lealdade à Comissão e também para que não pare qualquer dúvida em relação às posições e ao zelo desta Presidência para que haja equilíbrio no debate.

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Sr. Presidente, eu gostaria de saber da assessoria se o convidado do Rio de Janeiro, o Reitor do Colégio Pedro II, realmente já chegou a Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - A Secretaria da Comissão está fazendo contato. Assim que tiver a confirmação, informarei ao Plenário.

Prof. Miguel Nagib, V.Sa. tem a palavra.

O SR. MIGUEL NAGIB - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Deputados, é um prazer muito grande estar aqui para falar a V.Exas. sobre o Projeto Escola sem Partido, que nasceu no bojo do nosso movimento. Ele vem sendo longamente madurado e já passou por vários aprimoramentos. A versão que está aqui na Comissão Especial não é a versão atual do nosso anteprojeto. Ele já foi corrigido em alguns pontos. Depois eu vou mencionar isso.

O tempo de 20 minutos, evidentemente, é muito curto. Nós não podemos falar de um problema da magnitude da doutrinação, da propaganda político-partidária e da usurpação do direito dos pais sobre a educação religiosa e moral de seus filhos em um tempo tão breve de 20 minutos.

Eu vou apresentar inicialmente três vídeos que darão a V.Exas. uma ideia, além daquilo que o Prof. Jungmann já mostrou, da gravidade dos abusos que vêm ocorrendo nas escolas e nas universidades brasileiras. Eu peço que se exponha este primeiro vídeo, que foi gravado por um aluno. Perdão, nós não temos o vídeo, nós temos apenas o áudio, que foi gravado por um aluno de uma escola particular do Município de Castanhal, no Pará.

Esta é uma característica do que ocorre: V.Exas. vão ver problemas ocorrendo no Pará, no Amazonas, no Rio Grande do Sul, em Minas Gerais, no Rio de Janeiro, em São Paulo, em Santa Catarina. O problema é sistêmico e, em maior ou menor grau, atinge todas as escolas e todas as universidades brasileiras, de



maneira particular as universidades federais. Então, aqui fica esse primeiro áudio de uma escola particular — particular! — de Castanhal, no Estado do Pará. (Pausa.)

O SR. DEPUTADO LINCOLN PORTELA - Sr. Presidente, peço que o tempo do expositor seja reposto a partir do momento em que o áudio...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Enquanto a parte técnica não se adequa, peço a interrupção da contagem do tempo do expositor. (Pausa.)

(Reprodução de áudio.)

O SR. MIGUEL NAGIB - É isso que muitos professores hoje entendem por visão crítica, por pensamento crítico: atacar os seus desafetos, atacar os seus adversários político-ideológicos. (Palmas.)

Vamos assistir agora ao segundo vídeo, que foi gravado numa escola de Belo Horizonte. Esse professor está no pátio do colégio, rodeado de alunos e fazendo essa clara incitação.

(Exibição de vídeo.)

O SR. MIGUEL NAGIB - Obviamente, ele está abusando da sua autoridade, da sua ascendência sobre os alunos. Um funcionário público, em horário de expediente, pago com o dinheiro dos nossos impostos, está abusando da sua autoridade para aliciar os alunos, para incitá-los a participar de um ato, usando-os como massa de manobra dos seus próprios interesses político-partidários.

Agora, nós vamos ver o resultado dessa doutrinação político-partidária, dessa propaganda sistemática que vem sendo feita nos sistemas de ensino e nas salas de aula das escolas públicas e particulares. O último vídeo, por favor.

(Exibição de vídeo.)

O SR. MIGUEL NAGIB - Vejam, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, que há professores que apoiam, que defendem essas práticas.

Isso também demonstra como essa mentalidade e essas práticas estão disseminadas em todo o sistema educacional no Brasil. É isso que se aprende nas universidades, nos cursos de formação de professores. Aprende-se que a escola é um espaço de fazer política, mas é assim que eles entendem política: “*É a minha política. Eu vou fazer a política de acordo com o meu entendimento. Obrigarei os meus alunos a escutarem o meu discurso*”.



Agora, vamos ao PowerPoint, por favor. Trata-se do segundo lado da doutrinação, mas essa não é propriamente político-partidária.

(Segue-se exibição de *imagens*.)

A Universidade Federal de Santa Catarina possui um curso de Antropologia, e esse curso tem um núcleo de gênero. Esse núcleo de gênero realiza, todos os anos, um concurso de cartazes nas escolas pertencentes à rede estadual da Grande Florianópolis.

Aí está a propaganda desse núcleo de gênero chamado Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades — NIGS, que é feita no Facebook. Está escrito lá: “*O gênero é uma construção social e, tal como o gênero, a heterossexualidade compulsória também. Desse modo, romper com o heterossexismo é uma forma política de romper com a homofobia, começando pelas escolas*”. Começando pelas escolas! E é nesse sentido que surge o concurso de cartazes NIGS/UFSC. Eles informam que as inscrições seguem abertas e deixam o contato para maiores informações. Então, essa é a propaganda que é feita.

O que faz o Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades — NIGS, da Universidade Federal de Santa Catarina? Envia para as escolas alguns estudantes do curso de Antropologia, que orientam os alunos. Os alunos são orientados a produzir esses cartazes.

Eu vou apresentar apenas quatro desses cartazes produzidos por crianças do ensino fundamental e médio, crianças que estão na faixa dos 7 aos 17 anos. Vou mostrar apenas quatro cartazes, mas há centenas. Todos os anos, esse concurso é realizado. Nós poderíamos passar a tarde toda apresentando essas imagens. Este é um dos cartazes premiados pelo concurso. Imaginem o que essas crianças estão escutando para produzirem esse material. (*Manifestação na plateia*.)

Eu não entro no mérito. Só afirmo o seguinte: os pais são obrigados a mandar seus filhos para a escola e há alguns que discordam desse ponto de vista. O Estado obriga as famílias a mandarem os seus filhos para a escola. Depois, os agentes públicos, os funcionários do Estado aproveitam-se desse fato, da circunstância de os pais serem obrigados a mandar seus filhos para escola, para, depois, transmitirem aos filhos dos outros os seus próprios valores morais. Então, essa é a questão. Não



está em questão aqui a orientação sexual, não está! A questão é o direito dos pais sobre a educação religiosa e moral dos seus filhos.

Agora, eu vou falar um pouco do Programa Escola sem Partido. O que é o Programa Escola sem Partido? Em essência, é uma coisa que V.Exas. provavelmente não ouvirão de nenhum dos adversários de nossa proposta, porque eles a evitam, eles fogem da nossa proposta, da letra do texto da lei, como o diabo foge da cruz. Eles simplesmente não têm resposta para a proposta da escola sem partido. O que é o Programa Escola sem Partido? Simples: é uma proposta de lei que torna obrigatória a afixação, em todas as salas de aula do ensino fundamental e médio das escolas públicas e particulares, de um cartaz com seis deveres. Na essência, é disso que se trata.

E o que dizem esses deveres? Primeiro dever do professor: “*O professor não se aproveitará da audiência cativa dos alunos, da presença obrigatória dos alunos em sala de aula para promover os seus próprios interesses, opiniões, concepções ou preferências ideológicas, religiosas, morais, políticas e partidárias*”. Não dizemos aqui quais são as preferências morais, religiosas, políticas ou partidárias, quaisquer que sejam. O professor não pode se aproveitar da presença obrigatória do aluno em sala de aula, daquela criança, daquele jovem que é obrigado a escutar o discurso do professor, para tentar incutir nas suas mentes as suas próprias preferências, sejam elas quais forem.

Segundo dever do professor: “*O professor não favorecerá, não prejudicará e não constrangerá os alunos em razão de suas convicções políticas, ideológicas, morais, religiosas ou da falta delas*”. O aluno tem o direito de ser avaliado pelos seus professores e ser tratado por eles em função exclusivamente de critérios acadêmicos. Um professor cristão não pode discriminhar um aluno por ser ateu; um professor ateu não pode discriminhar um aluno por ser cristão. É disso que se trata. Esse dever já existe. Nenhum professor pode fazer isso. O Projeto Escola sem Partido apenas propõe que o dever seja explicitado, para que ambas as partes da relação de ensino-aprendizagem, professor e estudante, conheçam, saibam disso para que possam eventualmente se defender se houver abuso.

Terceiro dever do professor: “*O professor não fará propaganda político-partidária em sala de aula, nem incitará seus alunos a participar de manifestações*,



atos públicos e passeatas”. Foi o que nós vimos aquele professor de Belo Horizonte fazer. Que o professor não possa fazer propaganda político-partidária em sala ninguém discute, ninguém questiona, mas a coisa mais comum — todos que passaram por uma universidade, pelo sistema de ensino, sabem disso — em época de eleição é o professor vir vestido com camiseta do partido, com broche do partido, com boné do partido. Isso é propaganda político-partidária. Isso constrange os alunos.

Repto: os estudantes são obrigados a ter presença nas aulas daquele professor, têm medo das notas e querem agradar o professor. Portanto, estão à mercê daquele militante que, eventualmente, se aproveita dessa circunstância para fazer a cabeça do aluno.

O quarto dever é um dos mais importantes. O projeto reconhece expressamente que o professor é obrigado, muitas vezes, a tratar de questões políticas: *“Ao tratar de questões políticas, socioculturais e econômicas, o professor apresentará aos alunos de forma justa, isto é, com a mesma profundidade e seriedade, as principais versões, teorias, opiniões e perspectivas concorrentes a respeito da matéria”*. O nome disso é pluralismo, respeito à liberdade de aprender do estudante.

Então, não venham, por favor, mentir e dizer que o Projeto Escola sem Partido quer proibir o debate. Não existe isso. Pelo contrário, ele quer um debate qualificado pela honestidade intelectual. Esse dever já existe, e o Escola sem Partido apenas quer informar o estudante de que esse dever existe. Não há nenhuma dúvida sobre isso, não há nenhuma novidade. Como disse o Prof. Rodrigo Jungmann, o Projeto Escola sem Partido não cria para os professores nenhuma obrigação que já não exista hoje, ele apenas a explicita. Mesmo porque o projeto foi inspirado no Código de Defesa do Consumidor. O consumidor, que no caso é um consumidor de serviços educacionais prestados pelas escolas públicas ou privadas, tem direito de conhecer os seus direitos. Isso é cidadania, é o direito de conhecer os próprios direitos. É disso que se trata. Se esses deveres existem, o estudante tem direito de saber.

Quinto dever: *“O professor respeitará o direito dos pais a que seus filhos recebam educação religiosa e moral que esteja de acordo com as suas próprias*



convicções". Esse dever foi o único do projeto que nós praticamente não redigimos. Nós o copiamos da Convenção Americana sobre Direitos Humanos. É a cópia quase literal — vou ler para vocês — do art. 12, item 4, da Convenção Americana sobre Direitos Humanos: "Os pais, e quando for o caso os tutores, têm direito a que seus filhos ou pupilos recebam a educação religiosa e moral que esteja acorde com suas próprias convicções".

Eu chamo atenção para o verbo que é usado no texto da Convenção Americana, o verbo "receber". Não se usou o verbo "dar". Não se diz que os pais têm direito de dar a seus filhos educação religiosa e moral que esteja acorde com suas próprias convicções. Não, os pais têm direito a que seus filhos recebam a educação religiosa e moral que esteja acorde com suas próprias convicções.

Mas como é que o professor, em sala de aula, pode adivinhar o pensamento dos pais dos seus alunos? É claro que não pode! É evidente que não pode! Então, como é que se faz para que esse dever, que é um direito humano, que está previsto num tratado internacional sobre direitos humanos do qual o Brasil faz parte, seja cumprido? Como é que um professor respeita essa obrigação que consta da Convenção Americana sobre Direitos Humanos? Ele simplesmente se abstém de tentar transmitir aos seus alunos os seus próprios valores morais, as suas próprias convicções religiosas. Seja um professor católico, evangélico ou ateu, não interessa, os pais têm direito a que seus filhos recebam a educação religiosa e moral que esteja acorde com suas próprias convicções. Meus filhos, minhas regras! (Palmas.) Um professor cristão não pode discriminar os seus alunos e não pode tentar transmitir aos filhos dos outros os seus próprios valores. Ele não tem esse direito. Aquela criança tem liberdade religiosa, e a presença dela em sala de aula é obrigatória.

Sexto dever: "O professor não permitirá que os direitos assegurados nos itens anteriores sejam violados pela ação de estudantes ou terceiros dentro da sala de aula". Evidentemente, aquilo que o professor não pode fazer ele não pode permitir que seja feito por terceiros ou pelos alunos.

Esses deveres se baseiam em princípios constitucionais. O primeiro deles é a neutralidade política e ideológica do Estado. O Estado deve manter uma posição de neutralidade em relação a todos os partidos, todas as correntes que disputam o poder na sociedade. Vejam bem, a máquina do Estado, as suas instalações, o seu pessoal,



os seus equipamentos não podem estar a serviço de um determinado partido, de uma determinada corrente que disputa o poder na sociedade.

O princípio da laicidade do Estado é muito importante, mas muitas vezes ele é invocado para justificar o uso do sistema de ensino para promover, por exemplo, a ideologia de gênero. Eles dizem: “*O Estado é laico, então, não venham tentar impedir os professores de transmitir aos alunos esses conceitos*”. Mas, vejam bem, as religiões não são formadas apenas de narrativas e ritos, elas também possuem a sua moralidade. O cristianismo possui a sua moralidade. Não existe cristianismo sem moral cristã. Se o Estado puder usar a sua máquina para promover uma moralidade que seja hostil à cristã, ele estará violando justamente o princípio da laicidade do Estado, porque estará deixando de ser neutro em relação àquela moral da religião que ele está hostilizando. Não existe cristianismo sem moral cristã.

Os cristãos brasileiros, a imensa maioria deles, são obrigados a mandar o seus filhos para a escola. Se um professor ateu, militante ou ativista puder se valer da presença obrigatória dos alunos para lhes impor uma moralidade contrastante com a moralidade da família ou com a moralidade cristã, ele estará perseguindo a religião cristã, estará ferindo o princípio da laicidade do Estado.

Liberdade de aprender e ensinar. O estudante tem direito de que o seu conhecimento da realidade não seja manipulado pela ação dos professores. Nisto consiste a liberdade de aprender: que o seu conhecimento da realidade não seja manipulado. Liberdade de ensinar significa a liberdade que o professor tem de ensinar um determinado conteúdo para o qual ele está habilitado. Se ele fez um curso de Matemática, está habilitado a ensinar essa disciplina. É disso que se trata. Esta é a liberdade do professor: ensinar alguma coisa para a qual ele se preparou.

Pluralismo de ideias é aquilo que está no item 4 do cartaz com os deveres do professor, ou seja, é o dever que o professor tem de apresentar aos alunos as principais correntes, as principais opiniões e pontos de vista sobre uma questão controvertida.

E mais, há proibição de o Estado brasileiro adotar uma doutrina, uma ideologia oficial — como se tentou fazer com a ideologia de gênero, mas esta Casa não permitiu —, ou ainda uma teoria científica. Oficialmente, o Estado não pode



fazer isso; a Ciência é que tem que fazê-lo. Isso decorre do princípio do pluralismo de ideias.

O quinto dever do professor fala sobre o direito dos pais sobre a educação religiosa e moral dos seus filhos. Eu quero mostrar aos senhores dois cartazes. Ou nós teremos os deveres do professor, ou teremos os direitos do professor. Quais são os direitos do professor? É o contrário dos deveres. Eu redigi este cartaz para mostrar quão impositivos são os deveres do professor, tais como estão previstos no projeto de lei. Se o professor não for obrigado a se abster daquelas práticas, ele terá estes direitos: *“O professor poderá se aproveitar da audiência cativa dos alunos para promover os seus próprios interesses, opiniões, concepções ou preferências ideológicas, religiosas, morais, políticas e partidárias”*.

Segundo direito do professor: o professor poderá favorecer, prejudicar ou constranger os alunos em razão de suas convicções políticas, ideológicas, morais ou religiosas ou da falta delas.

Terceiro direito: o professor poderá fazer propaganda político-partidária. O nosso cartaz diz que não pode. Se isso aqui não está certo, se isso aqui é inconstitucional, então, o professor terá o direito de fazer propaganda político-partidária em sala de aula, bem como de incitar seus alunos a participar de manifestações, atos públicos e passeatas. Aquele professor estaria agindo no estrito exercício do seu direito de incitar o aluno a fazer aquilo que ele bem entende.

Quarto direito: ao tratar de questões políticas, socioculturais e econômicas, o professor poderá omitir ou distorcer as teorias, opiniões e pontos de vista discordantes dos seus.

Quinto direito: o professor poderá transmitir aos filhos dos outros as suas próprias convicções religiosas e morais.

Essa é a escola com partido, essa é a escola que muitos professores defendem. Trata-se de uma escola que não existe de direito, mas que existe no mundo dos fatos. A Constituição não permite que ela exista, mas no mundo dos fatos ela está existindo.

Sexto direito: o professor poderá permitir que os direitos assegurados nos itens anteriores sejam exercidos por estudantes ou terceiros dentro da sala de aula.

Sr. Presidente, sei que o meu tempo já se esgotou.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Vou dar 1 minuto para V.Sa.

O SR. MIGUEL NAGIB - Na verdade, eu abro mão desse 1 minuto, porque eu ia passar agora para a resposta aos questionamentos que vêm sendo apresentados ao Programa Escola sem Partido.

O que eu quero dizer é que, se o projeto é inconstitucional, como se tem dito por aí, então, nós teremos isso aqui. Não há dúvida, não há saída. Ou o professor pode ou não pode. Não há meio-termo entre poder e não poder. (*Palmas.*)

Para dizer que o nosso projeto é inconstitucional, o Supremo Tribunal Federal terá de reconhecer aos professores, com base na Constituição Federal, esses direitos. É disso que se trata.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Esta Presidência agradece as contribuições do Prof. Miguel Nagib e informa aos convidados que, ao final, terão um prazo para as suas considerações finais.

Os Parlamentares inscritos também poderão fazer questionamentos aos expositores e, nesse tempo, poderão manifestar suas convicções concernentes ao tema.

Chegou a esta Comissão o Prof. Oscar Halac, que convido para compor a Mesa. Passo a palavra para S.Sa. para sua exposição.

O SR. OSCAR HALAC - Boa tarde a todos e a todas! Peço perdão pelo atraso involuntário. O voo no Rio de Janeiro foi cancelado, mas fiz contato para saber se ainda seria possível meu comparecimento. Agradeço, de qualquer forma, o convite e a paciência de todos em aguardar minha chegada.

Em benefício do tempo, vou rapidamente passar a minha visão sobre o tema e aguardo poder desenvolver essas impressões durante o procedimento de questões e perguntas que certamente deverão vir da nossa assistência.

A polêmica envolve fatores de ordem jurídica, política, social e educacional. Se aprovada, pode redundar em situações de esdrúxulas de processos judiciais contra a escola ou contra o docente.

Eu tenho liberdade para ter a palavra?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - V.Sa. tem a palavra. Vou pedir aos convidados que se abstêm de fazer manifestações.

O SR. OSCAR HALAC - Obrigado.

(Não identificado) - Não está havendo manifestação nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Esta Presidência tem que exercer o controle da sessão com absoluta imparcialidade.

(Não identificado) - Sr. Presidente, não houve manifestação nenhuma.

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Sr. Presidente, enquanto o convidado Miguel Nagib estava aqui fazendo sua exposição, houve várias interferências, mas ele não parou por causa disso. V.Exa. tem que tomar medidas contra esse teatro de ficar parando a cada intervenção, senão, nós todos aqui vamos perder tempo. (*Palmas.*) Pode observar que ele foi interrompido várias vezes e não parou por isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Eu pediria ao Plenário, conhecendo este Presidente e sua conduta, que tivesse a plena consciência e convicção de que não estou sendo imparcial. Sei por que fiz a intervenção.

Agradeço a V.Exa.

(Não identificado) - Sr. Presidente, desculpe-me, mas há um equívoco de vossa parte. Acho que V.Exa. estava olhando de lado e não viu que o movimento não foi dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Mas não foi dos Deputados. Eu não me referi aos Deputados.

(Não identificado) - Desculpe, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Agradeço a V.Exa.

O Professor tem a palavra para seguir sua manifestação.

O SR. OSCAR HALAC - Se a provada, pode redundar em situações esdrúxulas de processos judiciais contra a escola ou contra docentes.

O projeto que considera o docente um mero transmissor de verdades já ditas e não um educador também considera o educando um indivíduo sem autonomia e vulnerável intelectualmente.

Escola Sem Partido, pelo menos, reacende o debate entre laicidade, ideologia e religião nas escolas, principalmente, em uma escola pública. Uma escola pública



tem como missão precípua a formulação de políticas públicas — políticas que atendam a todos.

Temos no sistema educacional escolas confessionais, a maioria — senão todas — de excelência. Temos as escolas militares, reconhecidamente escolas de excelência, com índice de aproveitamento semelhante a de países mais desenvolvidos.

Portanto, uma escola pública — e é pública, não é privada — deve formular políticas que atendam a todos e a todas, indiscriminadamente, independentemente de interesses outros, porque, afinal de contas, a escola pública forma o cidadão brasileiro.

O educando precisa conviver com diferentes visões de mundo, e nós todos precisamos conviver com diferentes visões de mundo para que possamos ser pessoas mais tolerantes e entender a diferença do outro em relação a nós.

Uma escola, extensão do espaço doméstico, perpetuará crenças e valores, e, assim, não formaremos indivíduos críticos e capazes de tomar decisões em suas vidas. As contradições são extremamente necessárias para a formação de cidadãos mais tolerantes.

Não é segredo para nenhum de nós, ainda mais neste fórum, o percentual extremamente alto de mulheres assassinadas e violentadas — e não na rua, não no metrô —, principalmente dentro de suas casas, pelos seus namorados, amantes, maridos, seja qual for a denominação. É o homem que vive ao lado de uma mulher que a mata. E as estatísticas fazem parte de toda a mídia e está à disposição de nós todos.

E onde está esse homem que mata a mulher? Esse homem que mata a mulher, ontem, estava na escola. E nem todos estão no presídio porque, na maioria das vezes, os nossos advogados conseguem provar que aquilo foi um ato em nome de uma extrema emoção.

Portanto, nós temos hoje que ter nas escolas debates, sim, acerca de várias questões, como temos que falar sobre racismo, como temos que falar sobre gêneros, não ideologia. O termo “ideologia de gênero” pressupõe alguma coisa pré-raciocinada, mas devemos falar sobre o fato de que existem pessoas diferentes de nós. Pessoas com orientações sexuais diferentes das nossas.



Se nesta sala algum de nós desconhecer o fato; se nesta sala algum de nós conseguir trazer um trabalho de psicanálise publicado e sério, que demonstre que a sexualidade ou a orientação sexual é um desvio coordenado pelo meio onde o cidadão vive, então, posso mudar meu raciocínio.

A orientação sexual é um problema — se é que é problema —, mas é inerente ao imo do indivíduo. Ninguém se torna homossexual por meia hora para experimentar a homossexualidade. Não há curso de formação de homossexuais masculinos nem femininos. E, se houvesse, seria um fracasso, como também creio que o inverso seja verdadeiro. Também creio que não há fórmulas mágicas para que o homossexual se transforme em um heterossexual.

Portanto, a questão do gênero na sociedade moderna precisa ser vista além do olhar dos tabus e dos dogmas, inclusive como forma de proteção ao outro, como forma de proteção ao homem, porque também todos nós sabemos que ainda são retirados de coletivos homossexuais espancados pelo fato de serem homossexuais.

Se nós estamos aqui fazendo um debate sobre a escola, precisamos olhar para as nossas mídias, precisamos prestar atenção a que tipo de novela os seus filhos e os meus filhos estão assistindo, precisamos olhar, entender e aceitar que não é por que veio da mídia dominante que o material é bom.

Recentemente, assistimos a um triângulo amoroso na televisão. E não houve comentário sobre isso. Várias e várias novelas têm mostrado beijos homossexuais. E não temos visto comentários sobre isso. Em programas humorísticos, programas de domingo, palavrões são citados, e o Presidente é até desrespeitado.

É preciso ter olhos para toda a sociedade e não apenas para o âmbito do colégio ou da escola, até porque é lá que o cidadão aprenderá a discernir qual é o material bom, qual é o material descartável.

Por outro lado, nasce morto o projeto. A AGU classifica o projeto como inconstitucional, por ferimento direto ao art. 206. O projeto altera profundamente a Lei de Diretrizes e Bases vigente. E o mandatário da Pasta, o Sr. Ministro de Estado da Educação, em vários momentos, declara-se não favorável ao conteúdo do Programa Escola sem Partido. A matéria está no G1.

Por fim, a escola não pode ser alheia à diversidade. Parece-me que, em última análise, as questões religiosas estão como os principais sustentáculos desse



projeto. O objetivo não me parece ser o de garantir direitos, mas vigiar e cercear a liberdade de ensino. A neutralidade, tão requerida, na verdade anulará a individualidade e a emancipação intelectual do próprio educando.

Enfim, com tantos problemas em educação, creio ser um despropósito debates acerca de limitações da atuação docente. Nós poderíamos estar discutindo financiamento da educação. (Palmas.) Os profissionais aguardam — e há vários Parlamentos — que essa questão seja encarada de frente. Poderíamos estar discutindo a formação docente, porque, há décadas e décadas, é lá que reside a crítica de todo o sistema educacional. Deveríamos estar aqui discutindo técnicas inovadoras.

Estamos, como pudicas sensitivas, colocando questões possivelmente partidárias ou não, quando temos horário gratuito na televisão, em que cada um defende o seu partido. Por outro lado, estamos em uma Casa em que todos têm partido. Por outro lado, é bom entender que não há uma lei escrita neste País que não tenha passado por esta Casa. E, aí, tem que haver partido, porque tem que haver Deputado, porque tem que haver Senador. E como é que o povo chega a isso?

Eu vou concluir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - V.Exa. ainda tem 10 minutos e mais 5 minutos de tolerância.

O SR. OSCAR HALAC - Eu ainda tenho 10 minutos? Perdão!

Eu tenho — e não enxergo daqui infelizmente — retirado da grande rede deveres do professor. O primeiro dever aqui colocado está bem claro na Lei nº 8.112, de 1990, que rege a carreira pública. Então, quando um docente se aproveita do que ali está colocado, ele está frontalmente agredindo a Lei nº 8.112. Cabe aos gestores interpretar quando isso acontece ou não. Porém, esse tipo de dever já é um dever hierarquizado.

Diz o Projeto de Lei nº 867, de 2015, em seu art. 4º, incisos de II a VI:

“Art. 4º. No exercício de suas funções, o professor:



II - não favorecerá nem prejudicará os alunos em razão de suas convicções políticas, ideológicas, morais ou religiosas, ou da falta delas; (...)"

Nós estamos falando talvez de uma minoria. Nós estamos falando de alguns exemplos dentro de um país continental, onde o Estado da Alemanha cabe dentro de Mato Grosso e ainda sobra área para Mato Grosso. Nós estamos falando de um país continental com diferenças sociais incríveis de cabo a rabo. Nós estamos falando de um país que tem povo, que tem PIB, que podia ser uma potência. Ele ainda não é uma potência, mas o será. Nós estamos falando de um país muito grande para que possamos generalizar dessa forma alguns procedimentos. E a lei está aí para corrigir quem procede de forma errada.

"Art. 4º.....

III - não fará propaganda político-partidária em sala de aula nem incitará seus alunos a participar de manifestações, atos públicos e passeatas; (...)"

Ele não pode e não deve fazê-lo. Não precisa de um projeto para isso. Todo profissional tem certeza disso. E quem não faz isso está em confronto com a legislação vigente. Apenas isso.

"Art. 4º.....

IV - ao tratar de questões políticas, sócio-culturais e econômicas, apresentará aos alunos, de forma justa, as principais versões, teorias, opiniões e perspectivas concorrentes a respeito; (...)"

Puxa! Que desrespeito ao docente! Então, quer dizer que essas questões podem não ser apresentadas de forma justa? Sim. E, no dia em que elas não forem apresentadas de forma justa, esses alunos têm como recorrer dentro do âmbito da escola.

"Art. 4º.....



V - respeitará o direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções; (...)"

É bom saber que em inúmeros casos a escola corrige uma série de distorções. Há muitos anos foi abandonada a educação familiar. O complemento da educação é feito na escola. E cada escola vai respeitar isso? Eu volto ao texto que eu li antes para todos os senhores. Não é possível que uma escola pública possa respeitar todas essas convicções. Nós estamos falando de que religião? Nós estamos falando de que ideologia? Do que nós estamos falando? Para respeitar o que o pai apregoa em casa, que é justo, ele vai respeitar 30 ou 35 vezes diferentemente? Não, a escola pública tem políticas públicas. A escola pública é laica. A escola pública é para todos e todas.

Esse item V é extremamente complicado, na prática, e imaginem todos se, dentre os 30 alunos, um aluno se sentir desassistido. Como será? Haverá 30 aulas diferentes?

"Art. 4º.....

VI - não permitirá que os direitos assegurados nos itens anteriores sejam violados pela ação de terceiros, dentro da sala de aula. (...)"

Quem? Dentro sala de aula não há terceiros.

De qualquer maneira, apesar de ainda dispor de tempo, eu tenho certeza de que receberei perguntas. E gostaria de responder a todas as perguntas que vierem dessa assistência, que comparece hoje aqui.

Sr. Presidente, muito obrigado. Peço desculpas se me alonguei. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Muito obrigado, Prof. Oscar.

Passo a palavra para o Relator, Deputado Flavinho.

O SR. DEPUTADO FLAVINHO - Sr. Presidente, nobres Parlamentares, nobres convidados da Mesa, todos aqueles que nos acompanham e essa plateia tão ativa, calorosa e animada, que nos acompanha aqui neste momento em que nós estamos nos aprofundando nessa temática tão importante.



Eu quero saudar também, de forma especial, aqueles que nos acompanham pelos meios de comunicação da Câmara e aqueles que estão acompanhando ao vivo, através do meu Facebook, esta audiência pública.

O nosso desejo é debater e esgotar ao máximo o assunto, tendo sempre como foco aqueles que são os mais importantes nesta discussão: primeiramente os alunos, crianças, adolescentes, jovens; e, num segundo momento, claro, os docentes, os professores, aqueles que realmente estão imbuídos desse nobre desejo, dessa nobre função de formar os nossos educandos.

Como Relator, desde o início, tenho dito que o meu desejo é ouvir incansavelmente todas as partes. Aqueles que já me conhecem ou trabalham nesta Casa sabem que eu sou um homem de diálogo. Eu gosto mais de ouvir do que falar. E, quando falo, eu gosto de estar um pouco mais embasado para não falar besteira. Eu sou muito aberto e afeto ao diálogo, a ouvir todas as contribuições que nos chegam através dessa temática, volto a dizer, tão importante para todos nós.

Eu também quero relembrar o que eu disse na semana passada, porque muitos Parlamentares não estavam aqui. Nós estávamos iniciando os nossos trabalhos. Todos os nomes que foram trazidos para a Comissão, sem exceção, tanto por parte daqueles que são favoráveis ao projeto quanto por parte daqueles que são contrários ao projeto, foram acolhidos por este Relator e pela Presidência desta Comissão. Nós vamos, de forma muito efetiva, fazer com que essas audiências públicas aconteçam para que nós possamos ouvir bastante todos aqueles que são favoráveis e contrários.

A nossa intenção também é levar essas audiências públicas para os Estados. Como nós já sabemos, muitos Estados — e isso foi trazido aqui inclusive na semana passada — também têm projetos semelhantes a esses tramitando tanto em Assembleias Legislativas quanto em Câmaras Municipais.

Então, nós queremos levar também esse debate para os Estados, se for possível, para que possamos estender ainda mais essa discussão. E acredito que, ao final, terei bastante material, bastante embasamento para apresentar um relatório que possa atender, primeiramente, as crianças, adolescentes e jovens e, num segundo momento, também os docentes.



Mas precisamos entender que a educação foca primeiramente nas crianças. Não podemos deixar que as paixões ideológicas tomem o espaço do educando, que é, de fato, o centro de toda a ação educadora.

Quero iniciar com uma pergunta para o Secretário da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação — CNTE, Gilmar Soares. V.Sa. falou da pluralidade de opiniões e trouxe a ação do Ministro Roberto Barroso, que também está nessa linha. Mas algo que V.Sa. disse me chamou a atenção: que só há cidadania se vinculada a um partido. Não entendi errado, porque V.Sa. estava lendo, então, foi a partir daí que fiz questão de anotar. V.Sa. também disse que a escola é um espaço democrático e trouxe aqui uma realidade, segundo a sua visão, que, com o projeto, haveria a proibição do debate no ambiente escolar, em confronto direto com tudo aquilo que foi apresentado até agora pelo Dr. Nagib. Trago esses elementos para essa pergunta que vou fazer.

Qual é o ponto dos projetos apresentados? Lembro que estamos tratando de seis projetos de lei: o projeto que trata do Programa Escola sem Partido; mais dois projetos do Deputado Erivelton Santana; o projeto do Deputado Izalci Lucas; o projeto do Deputado Professor Victório Galli; e o projeto do Deputado Jean Wyllys. Estamos tratando de seis projetos. Trata-se de uma temática bem abrangente.

Eu fiz a seguinte pergunta, na semana passada, para o nobre expositor que estava aqui, a partir dessa pluralidade dos projetos que estão apresentados na Comissão: qual ponto desses projetos apresentados visa incriminar os docentes em seu livre exercício profissional? Essa pergunta é para o Secretário Gilmar Soares.

Também, na sequência, deixo a pergunta para o Dr. Miguel Nagib. Ele falou basicamente desses seis deveres do professor, que são a base do Programa Escola sem Partido. Algo que também me chamou a atenção na fala de V.Sa. foi quando abordou o direito de conhecer os seus direitos. Esse é um direito dos alunos, mas também dos docentes. Aqui estamos tratando do direito de ambas as partes, o direito de conhecer os seus direitos. Então, esses seis pontos são elencados com o intuito de apresentar tanto a alunos quanto a professores seus deveres, segundo a fala que V.Sa. apresentou.

Gostaria que o senhor fizesse, durante o tempo dado a V.Sa., o que não foi possível fazer no final, que são esses pontos que vão de encontro. Então, junto



também à fala do Prof. Rodrigo, que trazia críticas ao projeto, que são importantes para entendermos quais são esses pontos que estão realmente tencionando a discussão.

As críticas são as seguintes: não existe doutrinação, há uso pejorativo do nome de apoiadores, como foi dito pelo Dr. Rodrigo Jungmann, neutralidade é impossível, prejuízo ao senso crítico e afronta à liberdade de expressão. Então, gostaria que V.Sa. explanasse essa questão, aprofundando um pouco mais a sua defesa.

E, por último, tenho uma pergunta dirigida ao Dr. Oscar Halac. Como especialista em educação — e se não estou enganado, porque daqui o olho não alcançou muito bem —, o senhor acha que a formação moral e cristã na escola, que é um direito dos pais ou dos tutores, segundo o que foi apresentado aqui através do Pacto de São José da Costa Rica, é a grande fomentadora da discriminação, da violência contra mulheres e de extremistas ultraconservadores? Se assim o é, de onde vem o extremismo de esquerda? Gostaria que o senhor respondesse a minha pergunta, a partir da sua experiência como especialista em educação.

Minhas perguntas são essas, Sr. Presidente. Agradeço, mais uma vez, a explanação dos nossos nobres convidados e me sinto profundamente honrado em ter ouvido tudo que ouvi aqui.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Esta Presidência agradece a V.Exa., nobre Relator Deputado Flavinho.

Passo a palavra para o Prof. Rodrigo Jungmann, pelo tempo de 3 minutos.

O SR. DEPUTADO PASTOR EURICO - Sr. Presidente, tenho uma dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Tem a palavra o Deputado Pastor Eurico.

O SR. DEPUTADO PASTOR EURICO - Não vi o acordo de procedimentos. Eu estou aqui desde o início. Mas a sequência vai ser o Relator, a resposta dos oradores?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Na sequência, teremos os Parlamentares. É regimental. Agradeço a V.Exa. Os Parlamentares têm a prerrogativa de fazer pergunta ou manifestações.



O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - A minha dúvida é se serão grupos de três ou cinco perguntas ou perguntas individuais. Como é que será o critério?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Nós podemos tratar isso em três e três. Eles fazem as manifestações para otimizar o tempo aqui.

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Com a palavra o Prof. Gilmar Soares Ferreira para responder aos questionamentos do Relator.

O SR. GILMAR SOARES FERREIRA - A primeira questão levantada foi para esclarecer o que foi afirmado e está escrito aqui: só há cidadania se vinculada a um partido. Qual é a referência da nossa presença dentro desta Casa?

O SR. DEPUTADO FLAVINHO - A minha pergunta foi sobre a escola e não sobre esta Casa.

O SR. GILMAR SOARES FERREIRA - Não. V.Exa. tinha três questões sobre cidadania, proibição do debate e incriminação. Quer refazer?

O SR. DEPUTADO FLAVINHO - Não, desculpe-me, o senhor entendeu errado. Eu não perguntei isso. Eu mencionei o que o senhor havia dito aqui, que me chamou atenção. A minha pergunta é: qual o ponto dos PLs apresentados visa incriminar os docentes em seu livre exercício profissional? Eu sei que esta Casa é composta por partidos e políticos. Eu estou fazendo questionamento com relação à escola e aos docentes.

O SR. GILMAR SOARES FERREIRA - Perfeito. Está esclarecida a questão. Veja só, o Prof. Oscar disse aqui que nós vamos subordinar a escola aos ditames das famílias. Bom, nós não temos só 35 alunos. Na educação básica, nós temos 40, 50 alunos em determinados Estados.

E nós vamos nos submeter aos princípios da Constituição de 1988, que assegura direitos à família quando se sentir prejudicada do ponto de vista de um conflito. E volto a repetir: onde existem interesses os conflitos eclodem naturalmente. Basta que existam dois seres humanos para que nós tenhamos interesses contraditórios entre si, que nem sempre são resolvidos se não forem baseados no conhecimento, no respeito, no diálogo e numa série de outros princípios.



Então, toda vez que uma família, um pai, uma mãe ou mesmo um estudante se sentir prejudicado vai estar diante de uma condição legal que o coloca não do ponto de vista do coletivo. E, como o professor disse, nós já temos leis, nós já temos projetos político-pedagógicos nas escolas, nós já temos organização. Por exemplo, existem na escola conselhos de pais e mães, conselhos que envolvem pais, mães, profissionais da educação e professores.

Quem frequenta uma escola sabe que existe essa organização. É bem verdade que nós temos limitações do ponto de vista da organização escolar. Mas essas limitações existem por uma série de outros fatores. E nós temos uma dívida histórica com a educação deste País.

É preciso lembrar que este País foi inaugurado com a negação da escola primária por 50 anos e da faculdade por 270 anos. Tivemos a primeira universidade em 1920 e a massificação da matrícula de crianças no ensino fundamental agora no século XX.

Portanto, nós temos um país fundado na negação do direito à educação. Então, trazemos algumas lacunas não só do ponto de vista do espaço escolar, mas também da formação profissional, da própria gestão. Nós temos um princípio de gestão democrática que o Congresso Nacional ainda não regulamentou.

Então, toda vez que tivermos um conflito de interesses dentro da escola, que vai ser resolvido do ponto de vista de uma arguição, do ponto de vista judicial, para se interceptar um determinado processo, que pode ser feito do ponto de vista dialógico, nós vamos ter a inviabilização da escola, nós vamos ter a incriminação do profissional da educação.

Não é esse o caminho do ponto de vista da construção do conhecimento, da construção de valores, do respeito às diferenças e à diversidade, que se espera construir, que se espera resolver os problemas. Essa é a condição.

Um projeto de lei como este, que, do ponto de vista do raciocínio, apresenta um ou dois posicionamentos, qual é o problema? O problema é que, de dois posicionamentos, chega-se à conclusão de um terceiro, mas a base de um deles é falsa. Esse é o famoso silogismo, para quem estudou Filosofia, em que há duas bases para um pensamento, mas que, quando uma base é falsa, acarreta uma conclusão equivocada.



O SR. DEPUTADO FLAVINHO - Na sua opinião, Sr. Gilmar, qual é a base falsa dos dois posicionamentos apresentados?

O SR. GILMAR SOARES FERREIRA - O que me dá o direito de dizer que o professor tem de se aproveitar da audiência cativa para promover os seus próprios interesses? Entendeu?

O que nós vimos aqui, como bem colocou o professor, são casos que aconteceram no dia a dia e que precisam ser resolvidos no próprio espaço da escola. E já há legislação para isso. Se nós não entendermos essa condição, então, não haverá escola nem espaço de debate e de reflexão. Por isso, um projeto de lei como este vai abrir espaço, na verdade, para incriminar.

E eu só quero lembrá-los de que este é um ponto de vista acatado em razão de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade. Este argumento não é meu, este é o argumento de uma nota técnica do Ministério de Educação, que o Ministro do Supremo Tribunal Federal acatou na Ação Direta de Inconstitucionalidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Eu agradeço a participação de V.Sa. e passo a palavra ao Dr. Miguel Nagib para que também faça suas ponderações aos questionamentos do Relator.

O SR. MIGUEL NAGIB - Em primeiro lugar, não é verdade que o Ministro do Supremo Tribunal Federal acatou parecer da Procuradoria-Geral da República e muito menos de Deborah Duprat. Este é o primeiro esclarecimento: a ação ainda não foi julgada. (*Palmas.*)

Sr. Relator, eu gostaria, antes de responder às perguntas de V.Exa., de fazer uma observação à sua manifestação. V.Exa. disse que o fundamental e o mais importante é proteger a criança, o educando, aquele indivíduo vulnerável, que, de fato, está sendo vítima desses abusos. Eu estou de pleno acordo com V.Exa., mas nós não podemos nos esquecer da segunda grande vítima da doutrinação nas escolas: a democracia. A democracia é a segunda grande vítima da doutrinação nas escolas e da propaganda político-partidária nas escolas.

O aparelhamento do sistema de ensino frauda a democracia, o aparelhamento político-partidário frauda a democracia, porque ele desequilibra o jogo político em favor de um dos competidores. Nós sabemos perfeitamente bem



quem são os competidores que estão lucrando com a doutrinação nas escolas. E não são V.Exas., não todos, pelo menos; pode ser que alguns, sim.

Pelo contrário, eu sei que grande parte dos Deputados que compõe esta Comissão pertence à chamada bancada evangélica, à demonizada bancada evangélica, e são as maiores vítimas das difamações que acontecem nas escolas, depois, é claro, do Deputado Jair Bolsonaro, que é *hors concours*, pois é o político brasileiro mais difamado no sistema educacional brasileiro.

A máquina do Estado está sendo usada para desequilibrar o jogo político em favor de alguns dos competidores. Isso é uma fraude à democracia! (*Palmas.*) Uma parte daqueles que são contra o projeto Escola sem Partido é composta dos grandes trapaceiros da democracia no Brasil. (*Palmas.*)

Com relação aos direitos do professor, ele é a autoridade em sala de aula, ele tem o monopólio da palavra. Os alunos temem o professor e são, em muitas situações, reféns do professor; querem agradar ao professor. Então, o professor é a única autoridade dentro da sala de aula, e é necessário, é urgente um trabalho de restauração da autoridade do professor em sala de aula, que foi depredada, dilapidada. Essa perda de autoridade do professor é um dos grandes males da educação no Brasil. (*Palmas.*) Isto não é objeto do projeto Escola sem Partido, mas é necessário rever políticas públicas, para assegurar, proteger, restaurar, fortalecer essa autoridade.

Foi feita pergunta sobre liberdade de expressão e liberdade de ensinar, pois muita gente diz que o projeto Escola sem Partido censura o professor. A confusão entre liberdade de expressão e liberdade de ensinar é seguramente o maior flagelo da educação. São duas as liberdades previstas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Eu vou pedir que se restabeleça o tempo de 3 minutos ao orador, que foi a tolerância que eu dei ao expositor anterior. Eu concederei a tolerância dada ao primeiro a se manifestar pelo tempo máximo a todos os demais expositores.

Prof. Miguel, V. Sa. tem a palavra.

O SR. MIGUEL NAGIB - O grande flagelo da educação brasileira é a confusão entre essas duas liberdades asseguradas pela Constituição Federal.



O que é a liberdade de expressão? É a liberdade que o indivíduo tem de dizer qualquer coisa sobre qualquer assunto. Para facilitar, é a liberdade que nós exercemos no Facebook, onde nós postamos o que queremos, foto, vídeo, e escrevemos o que bem entendemos. Se o professor tivesse essa liberdade de dizer qualquer coisa sobre qualquer assunto na sala de aula, ele não poderia ser obrigado a transmitir aos alunos o conteúdo da sua disciplina. Ele poderia usar o tempo todo de todas as suas aulas para falar qualquer coisa sobre qualquer assunto. Um professor cristão evangélico poderia usar o tempo todo de todas as suas aulas, caso ele tivesse liberdade de expressão em sala de aula, para catequizar seus alunos, e um professor ateu, materialista, marxista poderia fazer o mesmo para dizer que a religião é o ópio do povo. Isso resultaria numa guerra, e não haveria ensino, não haveria educação.

Então, realmente, se o professor tivesse liberdade de expressão em sala de aula, Sr. Presidente, o nosso projeto Escola sem Partido seria inconstitucional. Em compensação, não haveria ensino. Haveria outra coisa. Eu não sei o quê. Os alunos seriam obrigados a ir à escola para escutar qualquer discurso dos seus professores. Isso é liberdade de expressão. Seria, basicamente, como se os alunos fossem obrigados a acompanhar o Facebook do seu professor.

Segundo ponto: o estudante é obrigado a frequentar as aulas do professor, ele é a audiência cativa na sala de aula. Se o professor puder dizer qualquer coisa sobre qualquer assunto, a liberdade de consciência e de crença do estudante, que é a principal liberdade garantida pela Constituição Federal, será simplesmente letra morta, porque todo estudante, uma vez que sua presença em sala de aula é obrigatória, será forçado a escutar o discurso do seu professor, ou a catequese, ou o discurso antirreligioso, ou o discurso LGBT, ou o discurso a favor do partido X, do partido A. Não interessa, porque a presença do aluno é obrigatória na sala de aula. É por isso que o professor não tem e não pode ter liberdade de expressão.

O que a Constituição garante ao professor, finalizando, Sr. Presidente, é a liberdade de ensinar. Essa distinção é fundamental e nela se baseia toda a proposta do movimento Escola sem Partido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Muito obrigado a V.Sa.



Passo a palavra ao Prof. Oscar Halac, para fazer as suas ponderações a respeito das perguntas do Relator.

O SR. OSCAR HALAC - Creio que, pelo teor da audiência, seja necessário eu deixar claro algo e talvez isso dê um alívio na minha resposta e em todas as demais. Eu não sou filiado a nenhum partido e nunca fui. É bom deixar isto claro: nunca fui e não sou filiado a nenhum partido. Também é importante dizer ao nobre debatedor que não foi isso que eu quis dizer, embora pode ter sido assim que foi entendido.

O SR. DEPUTADO FLAVINHO - Relator.

O SR. OSCAR HALAC - Ao Sr. Relator. Não foi isso que eu quis dizer, Sr. Relator. O que eu quis e quero dizer é que as questões de violência contra a mulher, Sr. Relator, as questões raciais, as questões de gênero, as questões políticas, as questões econômicas, as questões de transporte, de saúde, de educação, de reforma política, da Previdência, essas questões todas precisam de um fórum de debate. Não é crível, no meu pensamento, que não haja esse debate. Portanto, não há, na minha colocação, nenhuma relação com a doutrina cristã, nem com formação moral. Não há nada, absolutamente nada, Sr. Relator, contra. Nenhuma crítica. Eu apenas disse e repito que um fórum adequado para debates é a escola. É isso apenas o que eu disse e estou repetindo.

Quanto a desequilíbrio, no último pleito que ocorreu no País o desequilíbrio não se deu para o lado sugerido. Eu já disse antes que não tenho filiação partidária, nem simpatia, até porque é difícil escolher, pois são 34 ou 37 partidos. Porém, Sr. Relator, é bom entender e divulgar que, no último pleito que houve neste País, o desequilíbrio não tendeu ao lado que se sugeriu — nem deve ser —, nem para um, nem para o outro, porém, a sociedade está extremamente dividida, e com razão.

Além disso, todos os outros microcosmos também estão bastante divididos neste momento em nosso País. Esse desequilíbrio neste momento — já houve em outros momentos — eu não enxergo que exista, mas isso não é importante para a sua resposta. O que é importante...

O SR. DEPUTADO FLAVINHO - É porque eu não fiz essa pergunta. Desculpe-me, mas a minha pergunta foi, somente para deixar claro, para não divagar um pouco sobre o que eu perguntei, muito clara e específica para a sua



área: como especialista em educação, o senhor acha que a formação moral e cristã na escola — e mencionei o pacto de San José, da Costa Rica — é a grande fomentadora da discriminação, da violência contra mulheres e de extremistas ultraconservadores? Se, pela sua resposta, assim fosse, então, de onde viria o extremismo de esquerda? No caso, aí, sim, os dois extremos. A pergunta foi essa. Desculpe-me.

O SR. OSCAR HALAC - Sr. Relator, não acho. Mas acho que a falta do debate franco, independente da conceituação que o senhor colocou, levará a mais desigualdades no tratamento dessas questões. Certamente, não há relação com aspectos morais, religiosos ou de qualquer doutrina, seja religiosa ou não, com a violência que temos hoje. Há relação, sim, com a falta do debate. Há relação, sim, com o domínio de ideias e encaminhamento desse domínio através da grande mídia, isso, sim, quando escaramuçamos a situação.

É importante que fique claro que o Oscar Halac não está, de maneira nenhuma, culpando os aspectos morais e cristãos da nossa sociedade pela violência e pelo descaso racial, de gênero, nada. Não é isso. O que eu digo e repito — acho que é a quarta vez que eu repito — é que, se nós, dentro das escolas, não propiciarmos um debate acerca das questões sociais, não será em outro ambiente que isso acontecerá. Eu espero ter respondido.

Eu quero concluir a resposta dizendo o seguinte, Sr. Relator: que pena esse aluno citado aqui, é o que teme o professor, que é refém, que está ali para obter a sua nota e que é capaz de fazer tudo, obedecer ao professor em qualquer coisa para obtenção dessa nota. Que pena o aluno ser assim caracterizado. Eu espero não ter nenhum desses, porém, se o aluno alvo deste debate é o aluno que é refém, o aluno que tem medo, o aluno que está ali para angariar uma nota para ser aprovado, se é esse o aluno, se esse aluno vulnerável, se esse papel em branco pronto para ser escrito por outro é o aluno do debate, eu quero dizer que esse aluno eu não conheço.

Posso usar a frase final do nosso ilustre debatedor quando ele diz que o aluno tem individualidades, o aluno tem raciocínio, o aluno tem posicionamento. Se fosse verdade o que aqui está sendo dito, quantas vezes, através das grandes mídias, nós assistimos a grandes campanhas e isso não contamina a massa, a população?



Dentro das escolas, nós temos uma série de posicionamentos diferentes, ambos são reprováveis, mas não só esse de esquerda, ou de direita, ou dos “esquerdopatas”, como chamam, ou dos gays, ou das lésbicas. Temos tudo, na verdade, dentro da escola, porque nós temos tudo isso dentro da sociedade brasileira. Então, a escola é apenas um universo da sociedade brasileira, onde tudo isso existe.

Para sintetizar, não imputo violência aos aspectos morais e cristãos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Muito obrigado a V.Sa.

O Relator tem o último questionamento.

O SR. DEPUTADO FLAVINHO - O Dr. Jungmann, de forma também muito rápida e prática, exibiu vídeos e falou de toda a questão de discordâncias, até violentas, com relação aos seus posicionamentos como docente. Então, como professor mestre e doutor, o senhor se sente discriminado por seus pares na academia, devido ao fato se autodenominar conservador, como o senhor mesmo disse aqui na sua fala?

O SR. RODRIGO JUNGMANN - Muito bem, é um breve apanhado do que a minha vida se tornou, desde o dia 3 maio, que foi o dia em que houve aquele primeiro evento intitulado Marxismo Cultural, que foi invadido intempestivamente por uma turba de militantes esquerdistas.

Isso ocorreu numa terça-feira. No dia seguinte, quarta-feira, eu não daria aula. E acordei com uma pulguinha atrás da orelha. Eu pensei que precisava sondar esse negócio, pois, quem sabe, já estão fazendo alguma coisa por lá. De fato, eu falei com alguns alunos no Facebook — os alunos, às vezes, são muito amigos, melhor dos que os professores. Falei com alguns alunos e com algumas pessoas no Facebook, fiz algumas sondagens e, prontamente, ficou óbvio que, já no dia seguinte, havia pessoas de esquerda no mesmo edifício em que trabalho que tinham literalmente ido ao departamento em que trabalho já numa tentativa óbvia de fazer a minha cabeça, de criticar, por que, afinal de contas, como pode um professor conservador criticar o marxismo, tão sacrossanto na cabeça dessa gente?

A coisa na verdade é muito simples. No Centro de Filosofia e Ciências Humanas — CFCH, eu posso não ser o único direitista, mas eu sou o único direitista falante que dá a cara a tapa. Agora, acontece que para essa gente um direitista é direitista demais. (*Palmas.*)



No meio acadêmico, não houve qualquer solidariedade dos meus colegas. Não houve qualquer ato de desagravo, a Associação de Professores de Filosofia ignorou o evento completamente, bem como as outras ocorrências, até mesmo a invasão da minha sala, em que um sujeito um tanto nervosinho escreveu que “*Stalin matou pouco*”, foi insuficiente, para que a Associação de Professores de Filosofia tivesse uma mísera nota de protesto. Vamos fazer de conta que a esquerda não contaminou tudo isso, que ela não domina quase todos esses domínios? Isso não faz o menor sentido.

Deixo isso claro com pesar, porque lá há pessoas de esquerda que intelectualmente eu respeito muito, pessoas muitas vezes brilhantes. Mas, para ser inteiramente verdadeiro, não houve gestos de solidariedade, de desagravo ou qualquer coisa do gênero compatíveis com a gravidade do que ocorreu.

No dia seguinte, eu fiz a coisa chegar à imprensa, até porque o meu estágio probatório não havia tramitado completamente. Agora sim, finalmente, eu estou estável lá dentro, e a matéria saiu no Blog do Rodrigo Constantino. E vejam vocês que coisa interessante: o jovem conservador brasileiro é tão carente de referências, de alguém que pense com ele, de alguém que rompa esse monopólio esquerdista, que eu passei os dias subsequentes a esse episódio literalmente aceitando um amigo novo no Facebook, a cada minuto praticamente, tamanha a carência que grande parte da juventude brasileira tem de pessoas que pensem de forma diferente, que rompam com esse monopólio da esquerda.

Dizer que não existe esse quase monopólio — usando um adjetivo muito comum na minha terra — é coisa de gente sonsa. O que é o sonso? É aquele que se faz de inocente, de bobo, de desentendido. Qualquer pessoa que se não faça de desentendida sabe perfeitamente bem, como dois mais dois são quatro, que a esquerda domina 99% da universidade brasileira, sobretudo na área de humanas. Eu não vou falar das áreas mais técnicas, porque podem ser um pouco diferentes, e eu não as conheço.

Na minha convivência lá dentro, incontáveis vezes alunos me procuraram para desabafar sobre professores que são desagradáveis e que os perseguem. Especificamente, há o caso de uma moça da área de humanas, cujo nome não vou citar, porque tenho medo de que o professor dela esteja vendo agora — isso é sério



mesmo —, mas que o seu Facebook é um muro de lamentações, porque ela está sempre reclamando que tem escrever na prova exatamente o contrário do que ela pensa, porque, caso contrário, o professor esquerdista não vai dar uma nota boa para ela, e ela precisa se formar. Ela se forma este ano. Dizer que esses são casos isolados, francamente, não é verdade.

Houve o caso de um rapaz em Minas Gerais que saiu de um pódio, mostrou uma camisa com a imagem do Deputado Jair Bolsonaro e foi literalmente espancado. Esses casos são incontáveis, são inúmeros. Fazer de conta que são isolados e que não há doutrinação é coisa de gente sonsa.

Aos que acham que os mecanismos internos vão dar conta disso, eu lamento dizer que isso não vai acontecer. Os mecanismos internos fizeram o que no meu caso? Os mecanismos internos, no meu caso, silenciaram-se completamente. E eu tenho colegas que me chamam de doido pelas costas, porque a minha loucura é ser de direita. Vejam vocês que coisa terrível. (*Risos.*) Um professor de Filosofia de direita no Brasil existe. Que coisa incrível! Evidentemente que existe.

Diria ainda que, em relação a essa questão do pluralismo, a tônica do Escola sem Partido é um pluralismo, mas que comporta uma pluralidade genuína, em que posições genuinamente antagônicas tenham a mesma chance de se manifestar. Então, um aluno pode ler um autor de esquerda, como Foucault, mas ele também pode ler um autor de direita, como Rogers Scruton, para citar um. Assim deve ser sem problema nenhum.

Agora, na verdade verdadeira, a esquerda fala da boca para fora em pluralismo, mas, de fato, o pluralismo que a esquerda acadêmica no Brasil deseja consiste no seguinte: você pode ser menchevique ou bolchevique. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Esta Presidência agradece as contribuições dos nossos convidados nas respostas aos questionamentos do Relator.

Passamos agora à ordem dos inscritos para uso da palavra. Conforme pactuamos inicialmente com os Parlamentares, nós vamos fazer o conjunto de três Parlamentares para otimizar a participação e, a cada bloco de três, havendo perguntas, os expositores responderão. Não havendo perguntas, nós seguimos com as manifestações dos Parlamentares. Nós temos seis inscritos.



Concedo a palavra ao Deputado Glauber Braga.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Eu queria fazer uma proposta mesmo que eu seja vencido em relação a ela. Como cada Parlamentar vai falar um período de 3 minutos, se for de concordância dos Parlamentares fazer um bloco de seis, falam os Parlamentares que estão inscritos e depois a Mesa retoma a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Se não houver divergências, podemos fazer dessa forma.

Ele propõe que todos os Parlamentares — há apenas seis inscritos — falem agora e que a Mesa fale ao final, depois da manifestação dos Parlamentares.

A proposta do Deputado Glauber Braga ajuda no avanço dos trabalhos, e nesse caso os expositores farão suas manifestações ao final.

Há concordância? (Pausa.)

Não havendo divergência manifesta, democraticamente está acatada a proposta do Deputado Glauber Braga por unanimidade.

O primeiro a fazer a sua intervenção é o Deputado Pastor Eurico. V.Exa. tem a palavra por 3 minutos.

O SR. DEPUTADO PASTOR EURICO - Sr. Presidente, gostaria de parabenizar V.Exa. pela condução dos trabalhos. Gostaria de cumprimentar todos os oradores que aqui estiveram trazendo as suas falas, inclusive um pernambucano que honrosamente temos na Mesa. Eu fico muito feliz, não o conhecia. Fico feliz pela presença de todos, independentemente do lado, até porque estamos numa democracia. Nós temos que ouvir, e V.Exa. tem provado que não existe discriminação aqui. Então, como os dois lados estão participando, é bom ouvirmos.

Eu não vou fazer perguntas. Mas eu só gostaria de lamentar, até porque o assunto Escola sem Partido começou exatamente por uma questão das guerras ideológicas que estava havendo dentro das escolas e, de repente, começamos a ver as escolas sendo um palanque político para alguns segmentos. E em seguida começaram a colocar as doutrinações.

Ouvi já de alguns em vários momentos sobre que o direito do professor está sendo tolhido. Isso nunca foi verdade. Professor é professor, tem direito de falar e de ensinar. A nossa questão é que ele ensine o que tem de ser ensinado; que ele dê conta da matéria e que não queira aproveitar a sua função de professor e queira



catequizar os alunos para a ideologia A, B ou C que ele defende. E até, se for um professor religioso, que ele não venha tentar catequizar os seus alunos para a religião. Inclusive, nos assuntos aqui tratados, sempre entra religião, sempre entra a questão de homossexualidade, e uma coisa não tem nada a ver com a outra.

Ouvi todos atentamente. Vamos estar nas audiências, salvo aquelas em que houver algum impedimento, em que não possamos estar. Mas lamento quando se coloca aqui que nós queremos trazer de volta uma ditadura. E tenho ojeriza a esse nome ditadura militar, até porque eu gosto de chamar de governo militar, que foi o governo da moral, um governo que deu sustentabilidade a este País. (*Palmas.*) Se não fosse o governo militar, hoje nós seríamos uma Cuba piorada, o Brasil seria uma desgraça. Não defendemos as arbitrariedades de lado nenhum, mas reconhecemos que isso foi para o bem.

Por outro lado, fiquei admirado com o professor Oscar, porque ele falou muito aqui de racismo, de ideologia de gênero, de orientação sexual, e acho que isso não tem nada a ver com o assunto Escola sem Partido, e de repente puxou sobre religião. Por outro lado, ele disse que não existe curso de homossexual. Realmente não existe. Mas ele disse que desconhece homossexual que se tornou heterossexual. Então, o senhor precisa conhecer muita gente que eu conheço que foi e agora não é mais.

Por outro lado, Sr. Presidente, elogio o professor Oscar, porque ele chamou a atenção aqui para o perigo das novelas, dos programas. Isso é verdade. Mas ele disse que não via ninguém se movimentar — sendo assim, ele desconhece os Parlamentares que atuam em relação a isso nesta Casa. Nós combatemos veementemente essa desgraça que está destruindo principalmente as nossas crianças e, no geral, as próprias famílias. Aqui há quem defenda, até porque eu não sei se todos os professores, lá na sua escola, foram a favor daquela decisão que o senhor tomou. Acho que nem todos foram.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Pela ordem de inscritos, concedo a palavra ao Deputado Lincoln Portela.

O SR. DEPUTADO LINCOLN PORTELA - Sr. Presidente, a primeira coisa que eu quero dizer é que eu sou um Deputado independente nesta Casa. E eu votei



contra o PLP 257, contra a PEC 241. Voto contra a reforma da Previdência como está. Não tenho cargo no Governo Michel Temer. Eu tenho um companheiro aqui de partido que sabe das minhas posições.

Quero deixar bem claro: estou de paciência cheia do cinismo, porque nós sabemos que é assim, quando se diz que o diálogo precisa ser mantido. Conversa fiada! Não há democracia fora da esquerda. Tudo o que é fora da esquerda é antidemocrático. Nós estamos cansados dessa esquerda marxista que quer desconstruir, claro, iniciando pelo pilar da família, a família monogâmica — quer a destruição da família monogâmica. Nós sabemos disso.

Eu tenho tranquilidade em falar, porque eu tenho um projeto nesta Casa contra o ensino religioso nas escolas e contra o ensino sexual nas escolas. Assim, tenho moral para falar o que estou falando e para me conduzir como estou me conduzindo nesta Comissão.

Já que se entrou na questão da intolerância religiosa, nunca os cristãos reformados, que são os protestantes, e os católicos, aqueles que têm um posicionamento definido, foram tão discriminados, achincalhados, criticados, sofrendo *bullying*, humilhações nas escolas, porque são evangélicos ou cristãos reformados, ou porque são católicos fervorosos. Eles são altamente criticados, humilhados.

Sou pastor protestante há 43 anos, pastor batista. Eu sei do que estou falando. E estou de paciência cheia disso, cansado disso. A paciência se esgota devido a essa mentira repetida trezenas de vezes, que é o que eles fazem conosco: humilham-nos e depois dizem que é mentira. Isso é igual a jogador argentino, paraguaio e uruguai disputando a Copa Libertadores da América com o Brasil: desce o cacete no cara e, quando alguém encosta no ombro dele, ele cai, rola no chão a fim de que o cara seja expulso. É desse jeito, é igualzinho. Nós estamos cansados disso.

Quero dizer outra coisa também. Nós falamos de respeito às diferenças... Em parte das escolas colocar crucifixo na vagina ou no ânus... Já vi isso à beça nas escolas. As crianças da minha igreja me trazem isso, e nós temos que ficar batalhando contra essas coisas. É um absurdo, é um absurdo mesmo. Então, nós estamos cansados disso.



É igual a essa história: “*O homossexual não pode virar hétero, mas o hétero pode virar homossexual*”. Absurdo, brincadeira de criança! E vai repetindo essa baboseira na cabeça da gente. Cansou, cansou! É por isso que está tendo essa reviravolta no Brasil.

Quando se fala que a Direita está omissa, é verdade — a Direita está omissa! É aquilo que eu disse na semana passada. Não participa de conselho nenhum, não entra em nada, e fica às vezes criticando demais também. Ela precisa ser mais participante. A Esquerda entrou nas escolas, nas universidades há 20 anos com o Fernando Henrique Cardoso, com as suas tendências esquerdistas — pena que se tornou de direita depois; eu não sei “qual que era”, o que é pena, o que não é pena. Mas entrou ali.

E parabéns para a Esquerda, que soube fazer o que a Direita não soube. Entrou lá, montou e ficou. Está como craca em casco de navio, prejudicando a Nação brasileira, prejudicando as pessoas brasileiras.

Para terminar, quero falar também sobre a questão da escola. Há uma dívida, sim, viu professor Gilmar? Há uma dívida na escola. Mas quero dizer que a faculdade não começou em 1920. O Colégio Nóbrega Jesuítas foi fundado em 1917; em 1808, foi fundado o Colégio Médico da Bahia; em 1810, foi fundada a Academia Real Militar; em 1820, foi fundada a Real Academia Arquitetônica; em 1912, foi fundada a Universidade do Paraná; em 1920, foi fundada a Universidade do Rio de Janeiro; em 1553, foi fundado o Colégio Salvador da Bahia pelo Padre Manuel da Nóbrega, com cursos também de Teologia. Só gostaria de lembrar isso, porque às vezes vão dizendo as coisas, vão dizendo as coisas, e vamos acatando, vamos aceitando.

Quero dizer aos senhores que não dá para mais para aguentar esse tipo de coisa. É preciso mudar; é preciso mudar esse tipo de coisa. Está em nossas mãos mudarmos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Obrigado a V.Exa., nobre Deputado Lincoln Portela.

Pela ordem de inscritos, concedo a palavra à S.Exa., o Deputado Eduardo Bolsonaro.



O SR. DEPUTADO EDUARDO BOLSONARO - Sr. Presidente, eu tenho uma mania boa ou ruim de me colocar no lugar das pessoas.

A primeira pergunta que eu faço é dirigida ao Secretário Gilmar Soares. Sr. Gilmar, imagine se eu colocasse uma claque minha ali fora lhe dando tapa, botando bandeira do Brasil na sua cara, dando-lhe umas cusparadas e coisas assim quando o senhor saísse, e quando o senhor chegasse aqui de volta, o Sr. Rodrigo Jungmann dissesse que isso é “expressão da naturalidade”. Será que o senhor concordaria com isso? Será que acharia ainda que se trata de algo normal, ou será que falaria que ele é nazista, fascista, sexista, misógino, xenófobo, sei lá mais o quê?

Em que pese ser um pouco mais polido o Sr. Oscar Halac, Reitor do Colégio Pedro II, não passa da tática do espantalho: começa falando do Escola sem Partido e tal, faz a sua crítica, tece alguns elogios para arrastar para o seu lado o bom senso dos Deputados presentes e depois começa a falar de assassinato de mulher, racismo, ideologia de gênero. Para quê? Para poder taxar um Deputado como o Pastor Eurico quando ele vier aqui e falar que isso não tem nada a ver com o tema: *“Estão vendo? Não está preocupado com as mulheres, com os negros e etc.”*. Então, isso é matéria já sedimentada.

Eu louvo o Sr. Miguel Nagib, que, pela milionésima vez, vem aqui traçar a diferença entre liberdade de expressão e liberdade de ensinar. Isso é bacana, mas isso não serve para convencer os presentes. É um excelente discurso. Às vezes eu o faço também, mas serve muito mais para a *TV Câmara*.

Se possível, gostaria que a *TV Câmara* focasse ali a imagem do simples projeto Escola sem Partido. O que nós traçamos aqui? Trata-se de colocar, de fixar nas paredes da sala de aula o que já são direitos consagrados inclusive em nossa Constituição e em convenções internacionais das quais o Brasil é signatário. Mas, prezado Jungmann, nesse caso, não. Nesse caso, não é democracia. Por quê? Porque não é da Esquerda.

Realmente, Deputado Lincoln Portela, isso cansa. Eu volto aqui a fazer uma crítica. Prezado Relator, por mim o Escola sem Partido deveria prever uma pena, nem que seja na reincidência; deveria prever prisão para esses professores —



pseudoprofessores — que acham que a escola é um lugar onde eles podem fazer o que quiserem.

E eu pergunto ao senhor Oscar Halac: o senhor acha mesmo que um pai que deixa um filho na escola e vai trabalhar e, quando ele retorna para casa, o filho está com uma saia, o senhor acha que é isso o que ele espera da escola? O senhor acredita que isso é educação de qualidade? Não basta o exame do PISA esculachar o Brasil e nos colocar nas últimas posições? E os senhores seguem com essa metodologia doentia de Paulo Freire, dizendo: “*Não existe saber nem menos saber — existem saberes diferentes?*” Isso aí é a base para a quebra de autoridade.

E essa é a diferença que há entre nós: eu reconheço que o pai tem que ter autoridade para criar os seus filhos como melhor entender, que a escola não tem a mínima moral para dizer se meu filho volta para casa de saia ou não, ou se ele deve aprender que dar o ânus é legal e que o sexo tradicional é algo careta. Essa é a nossa diferença: eu sou pela autoridade do professor, o aluno tem que respeitar o professor.

E não venha se vitimizar aqui e inverter a fala do professor Miguel Nagib, quando ele disse que o aluno teme o professor.

Vou mostrar uma foto para encerrar, Sr. Presidente. (*Mostra foto do celular.*) Aqui está uma foto do Deputado Jair Bolsonaro — terror de vocês, que estão se borrando para 2018 — com o símbolo nazista, ao fundo aqui uma mulher negra e ele com um tacape na mão como se tivesse assassinado a mulher. A mulher dele é mulata e o sogro dele é o “Paulo Negão” — que “racista” que ele é!

Mas, enfim, quero perguntar aos doutores por que ocorrem hoje em dia trabalhos escolares pedindo para dissertar sobre o Deputado Jair Bolsonaro com relação ao fascismo. Se o aluno escrever “*Eu acredito que ele não é fascista; fascista é quem prega o desarmamento, federalização das escolas para um governo central, inclusive como fazia Hitler nos tempos do nazismo nos anos 30, difamando os judeus, preparando o terreno para colocá-los nos campos de concentração*”, que nota que receberia esse aluno? Nós não precisamos nem perguntar, porque isso aí já ocorre. E todos nós sabemos que é nota zero. Então, o aluno teme, sim, o professor de esquerda, porque teme receber uma nota ruim, ser reprovado.



E é por isso que, assim como o professor Rodrigo Jungmann, no meu Instagram, no meu Snapchat, no Facebook, e-mail, e pessoalmente, chovem alunos preocupados com essas questões e dizendo que têm que escrever o contrário do que eles pensam.

E trago aqui duas perguntas de alunos do Colégio Pedro II — qualquer um dos dois ou qualquer um da Mesa pode responder: “*A TV, com que os senhores disseram não concordar, o pai pode chegar e desligar a TV. Já o professor não pode impedir os professores de falarem*”. E os jovens têm que ir para a sala de aula, porque nem o *homeschooling*, a educação domiciliar, os Deputados de esquerda aceitam aqui. Dessa forma, trata-se daquela audiência cativa.

Encerrando: “*O senhor acha, então, que as crianças têm que ter embate político nas escolas ou acha que têm que escutar o professor e aceitar, concordar sempre? O senhor acha que um pai que deixa o filho na escola e vai trabalhar espera que o filho volte de saia para casa?*”

Sr. Presidente, o tema é longo e, em minha opinião, muito, mas muito mais importante do que economia, tributação ou qualquer outro assunto. Importante é este tema do qual nós estamos tratando aqui.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Agradeço a V.Exa., Deputado Eduardo Bolsonaro, suas contribuições.

Na sequência, pela ordem de inscritos, concedo a palavra ao Deputado Alan Rick.

O SR. DEPUTADO ALAN RICK - Sr. Presidente, quero parabenizá-lo pela condução deste rico debate democrático e também agradecer a presença de todos os membros da Mesa.

Nós devemos atentar para um dos tópicos que nós debatemos aqui e que está previsto como tema no debate sobre o projeto, senhores, que é a pluralidade de ideias.

Mas, acima de tudo, eu quero me basear no art. 53, do Estatuto da Criança e do Adolescente, que diz o seguinte em seu inciso II:

Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua



pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes:

.....
*II - direito de ser respeitado por seus educadores;
(...)*

O Brasil é signatário, como já dissemos aqui, do Pacto de São José da Costa Rica que é a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, e essa Convenção é muito clara. Está aqui o decreto nº 678, de 6 de novembro de 1992, no qual o Brasil, o Governo brasileiro, diz o seguinte:

“Art. 1º A Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), celebrada em São José da Costa Rica, em 22 de novembro de 1969, apensa por cópia ao presente decreto, deverá ser cumprida tão inteiramente como nela se contém.”

E nela está escrito, em seu art. 12, inciso IV, que os pais têm direito a que seus filhos recebam a educação moral, ética e religiosa que esteja de acordo com as suas próprias convicções, conforme prevê o próprio Estatuto da Criança e do Adolescente. Isso significa respeito à criança na sala de aula.

A Constituição defende, inclusive, que a criança deva ser protegida de publicações abusivas, e aqui nesta apostila o que nós vemos é uma série de abusos de publicações absolutamente pornográficas na sala de aula. E isso pode! Isso pode, no Brasil! (Palmas.)

E quando alguém se levanta para combater isso, porque os pais não aceitam, nesse caso nós somos retrógrados, fundamentalistas, ou somos contra a pluralidade deles. Isso se chama sofisma. É uma mentira cercada de argumentos verdadeiros — o combate ao preconceito, a defesa dos direitos humanos — para parecer que é verdade. Mas é uma mentira, uma grande mentira.

O Escola sem Partido, Dr. Miguel Nagib, talvez seja, como aqui disse o Deputado Eduardo Bolsonaro, um dos mais importantes projetos para as futuras gerações deste País, porque garante, sim, a pluralidade de ideias.

Ora, nós vamos debater vários temas, e eu estou aqui me embasando na lei. Eu não estou inventando, não, senhores. Eu estou com a lei aqui na mão, estou com



a Constituição, com o Código Civil e seus artigos 206, 220, 254. Eu estou com a lei aqui na mão.

Ora, se o Brasil já referendou o respeito à pluralidade e à educação das crianças, então só pode haver o conceito da pluralidade se for o da Esquerda? Sendo assim, nós estamos vivendo realmente um caos civilizatório. O Brasil precisa repensar isso.

Eu conclamo os pais que nos assistem para irem às escolas ver o que seus filhos estão estudando. (*Palmas.*) Isso é dever dos pais! Vão às salas de aula assistirem o que está acontecendo lá. Os pais estão acima. É dever da escola proteger as crianças, e os pais devem estar atentos a isso.

Quero parabenizar a todos e deixar muito claro que o Brasil precisa repensar este modelo e proteger as nossas crianças. Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Esta Presidência agradece a V.Exa., Deputado Alan Rick, suas contribuições ao debate nesta Comissão.

Na sequência, teremos ainda três Parlamentares inscritos, mas dois estão ausentes.

Deputado Pr. Marco Feliciano, V.Exa. pediu a palavra como Líder e como inscrito. Então, V.Exa. dispõe do tempo regimental de 6 minutos.

O SR. DEPUTADO PR. MARCO FELICIANO - Sr. Presidente, nobre Deputado Marcos Rogério, Sras. e Srs. Deputados aqui presentes, assistência toda que está aqui hoje neste tão importante debate, convidados da Mesa, eu os cumprimento a todos.

Estou como o Deputado Lincoln Portela aqui: se existe alguém esgotado, Lincoln, depois de V.Exa., sou eu o segundo. Eu vi tantas coisas aqui e a retórica é tão bela, que chega a ser doce aos ouvidos, mas a prática é tão distante da verdade, que isso chega a machucar.

Eu tenho uma filha de 21 anos. A minha filha, em 2013, frequentava uma universidade no Brasil, e por causa de toda aquela problemática que houve aqui na Comissão de Direitos Humanos — e o Brasil todo se lembra disso, eu era o Presidente da Comissão —, a minha filha sofreu retaliação de professores.



Eu queria que os debatedores, incluídos os professores — o Sr. Gilmar e o Dr. Halac —, olhassem para mim. Eu prestei bastante atenção a vocês. Eu sei que vocês não escutam com os olhos, mas isso dá um pouco mais de credibilidade.

A minha filha precisou sair da universidade. Foi preciso arrancá-la, porque os professores inflamaram todos os alunos contra a minha filha. E a minha filha não disse nada, ela era apenas filha de um Deputado Federal conservador, que tinha posicionamentos bem claros.

Eu já desafiei todos, para saber se houve algum tipo de violência da minha parte contra alguém, se eu ofendi alguém, se eu levantei a minha mão contra alguém. Isso não aconteceu.

Eu fui vítima de uma destruição de reputação que faz bem parte de todo o sistema de esquerda instaurado em nosso País. A velha Escola de Frankfurt funciona muito bem em nosso País. O belo pensamento do marxismo impregnado na sociedade, principalmente no Ocidente, funcionou aqui no nosso País. O nosso País tem uma terra muito fértil, tudo que se põe aqui brota, germina, cresce, inclusive a boa mentira deixada pela Esquerda.

É verdade que existe nas escolas tudo o que foi aqui dito, inclusive o Sr. Halac confirmou todos os cinco itens aqui. O senhor mesmo se mostrou contrariado a tudo que está aqui. Não se pede punição, pede-se apenas para que se coloquem esses itens num cartaz nas classes, para que as crianças, os alunos saibam quais são os seus direitos.

Se este projeto não for aprovado, sabem o que nós vamos fazer? Vamos buscar os bons pais deste País, juntar dinheiro e criar um folhetim para distribuir em todas as escolas do País. Vamos colocar nas mãos de cada criança que vai para a escola, de cada aluno, qual é o direito dele. Se ele encontrar um professor que faça exatamente o contrário, que o filme — então, que entre na reitoria e fale o contrário. O senhor mesmo disse aqui, Sr. Halac, que tudo que está aqui é verdade, e nós só estamos debatendo o contrário do que está aqui.

Sim, o senhor disse, o senhor concordou em gênero, número e grau com o primeiro item, segundo, terceiro, quarto, quinto. Isso está gravado, inclusive está nas notas taquigráficas. Eu até confirmei aqui com o senhor: “*Pois bem, é contra isso que nós lutamos*”.



Aí vem o senhor dizendo que não temos como tratar isso. Vem o Prof. Gilmar dizer que isso aqui é um fato isolado, é algo que acontece. A Internet está cheia disso: há milhares e milhares de denúncias. Milhões e milhões de alunos são cerceados em seus direitos, porque são reféns dos seus professores de esquerda.

Eu estou dizendo que tive que tirar minha filha da escola. Ela perdeu meio ano de faculdade neste País, porque os professores de esquerda não suportavam a presença de uma criança que carregava o sobrenome de um Deputado Federal conservador, como é o meu caso.

Não adiantar haver leis, se as leis não podem ser executadas. Quando uma lei criada não funciona, ela cria a imputabilidade. É isso o que acontece com os professores. O senhor disse: "Se há leis, vamos trazer isso para dentro do crivo, para as diretorias da escola, e vamos resolver isso". Mas não se resolve.

Nós ouvimos aqui um áudio, e eu pensei que fosse um aluno falando, mas era um professor falando um milhão de palavrões. Eu não me lembro disso na minha época de escola. Eu não me lembro disso.

Houve uma época de respeito, em que o professor era visto como mestre, era visto como herói. A menina queria ser professora, o menino olhava para o professor e tinha nele a figura de um segundo pai.

Agora, meu filho e minha filha vão para a escola e encontram um cidadão falando meia dúzia de palavras de baixo calão como essas. Que escola é essa?

E vem o senhor dizer que isso é liberdade de expressão, que não se pode fazer nada. Não!

O Escola sem Partido, Miguel Nagib, vem para ficar. E, se Deus quiser, as famílias de bom grado deste nosso País estão assistindo a esta audiência e vão nos apoiar. (*Palmas.*)

E os Deputados de esquerda que não ficam aqui — vocês os estão vendendo aqui? — para ouvir as verdades. Depois vão chegar lá com as mesmas mentiras, a mesma retórica, a mesma ladainha de sempre, o mesmo "mimimi" de sempre, só que a população brasileira não engole mais esses "mimimis". (*Palmas.*)

São 20 anos de aprisionamento intelectual. Há 20 anos o Brasil não dá uma peça literária de peso para o mundo. Há 20 anos as universidades do Brasil geram apenas pequenos revolucionários, que vêm aqui para esta audiência e sobem em



cima da mesa, como disse o Deputado Lincoln Portela, que vão para as ruas, que entram na minha igreja, porque os professores incentivam.

Eles entram na minha igreja, porque a televisão incentiva dizendo que é preciso buscar o seu direito lá dentro da igreja do outro.

Nós nunca fomos, por exemplo, à porta de nenhuma boate gay. O senhor citou aqui tanto a tolerância, mas eu nem vou entrar nesse assunto, porque senão teremos pau para 300 horas. Eu li mais de 300 livros sobre sexualidade e, se o senhor quiser, uma hora nós dois vamos debater sobre esse assunto. O senhor me chame à sua universidade, e eu vou falar sobre isso, sobre se há ou não condição de reverter um assunto como esse. Eu vou com todo prazer do mundo.

Posso lhe citar um milhão de casos de psicólogos do mundo que ainda hoje fazem esse tipo de tratamento nas pessoas. Mas este é um assunto para outro dia.

Eu quero deixar aqui o meu pedido de desculpas por eu levantar a minha voz. Eu não sou de fazer isso, mas, como eu digo, eu acho que peguei uma carona com o Lincoln e me mordeu também o bichinho que o picou. (*Risos.*)

E digo outra coisa: há tanto tempo nós falamos aqui, e ninguém grita conosco. Eu estou sentindo falta disso. Nós temos liberdade para falar agora. O pêndulo da política está mudando. Ele bateu na extrema esquerda e começa a voltar. (*Palmas.*)

E ele vai emplacar, e não apenas no Brasil — ele vai emplacar no Brasil, na Argentina, na França, na Inglaterra, nos Estados Unidos da América. O povo não aguenta mais isso!

E, para finalizar, Sr. Presidente, peço que V.Exa. me dê pelo menos mais 1 minuto.

Sr. Halac, o senhor foi eleito na Internet o homem a quem devem ser feitas as perguntas. Eu tenho aqui cinco perguntas que foram elaboradas por alunos da sua instituição, que pediram que eu as faça ao senhor.

A primeira pergunta é: “*O que o Sr. Halac pensa sobre os cartazes expostos no Colégio Pedro II, dizendo “Fora, Temer!”, “Greve” e “Fora, Escola sem Partido!?”*

A segunda pergunta é: “*O que o senhor acha dos professores que xingam Bolsonaro dentro da sala de aula no Colégio Pedro II?*”

A terceira pergunta é: “*Os professores do Colégio Pedro II são todos ligados ao PSOL. Como falar em pluralidade?*”



Um aluno do Colégio Pedro II, de São Cristóvão, faz a seguinte pergunta: *“Por que não há nenhum professor de direita no Colégio Pedro II?”*

E a última pergunta, a quinta, é: *“Se o senhor reconhece todos os direitos que nós lemos na cartilha, e o senhor foi concordando, um por um, com eles, por que o senhor é contra a divulgação desses direitos aos alunos, já que é isso que o Escola sem Partido propõe aqui?”*

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Agradeço ao Deputado Pr. Marco Feliciano por suas contribuições.

Dando sequência à lista de oradores inscritos, chamo para que faça uso da palavra o Deputado Glauber Braga.

V.Exa. tem a palavra como membro desta Comissão, inscrito para o debate.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Eu queria ter tido a oportunidade de ouvir a palavra de todos os Parlamentares, mas foi impossível devido às tarefas da Liderança e às decisões que surgiram.

Eu quero dialogar com os membros da Mesa, com os convidados, com os Parlamentares e com todos os que estão presentes na Comissão sobre o tema.

Prof. Miguel, há uma pergunta que eu já queria fazer num diálogo franco, porque, até para que possamos divergir, eu acho que temos que conhecer quais são as nossas diferenças de interpretação em relação a uma matéria. Um questionamento que eu faço é: quem é que tem o monopólio da interpretação do que seria a moral cristã? Muito provavelmente a avaliação do senhor — falo isso respeitosamente sobre o que seja a moral cristã — pode ser diferente da interpretação do Papa Francisco, por exemplo, que pode ser diferente da de outros líderes religiosos, inclusive dos que compõem esta Comissão.

Eu não sou um daqueles que acha... E eu já ouvi isso num encontro, que, além de discutir o Escola sem Partido... Houve uma pessoa aqui num encontro que se virou para mim e disse: *“Nós temos que discutir a igreja ou o templo sem partido”*. Eu não sou um daqueles que acha que tenha que se determinar ou fazer com que a liberdade de expressão religiosa, inclusive para que pastores ou padres possam se candidatar e exercer mandatos parlamentares...



Eu imagino que o senhor vá me dizer que há uma diferença. Não sou um daqueles que acha que deva ser estabelecido esse tipo de restrição.

Não estou querendo me adiantar à resposta do senhor, mas eu imagino que um argumento lógico seria esse segundo o qual existe um grau de vulnerabilidade no estudante na escola que não existe no fiel diante de um pregador ou de um líder religioso.

Eu vou dizer que a nossa diferença de concepção é que eu acho que essa vulnerabilidade do estudante em relação a uma ação de quem transmite uma mensagem, necessariamente absorvida por um sujeito passivo, eu considero que não existe essa passividade nem naquele que segue as orientações ou dialoga com um líder religioso e nem nos estudantes.

Não é possível esquecermos que foi no Brasil que nós tivemos estudantes fazendo um dos maiores movimentos de reivindicação de melhorias de qualidade na educação nos últimos anos. Não é possível esquecer que o Governador de São Paulo inclusive fez com que medidas que já estavam adotadas fossem revogadas, exatamente pelo processo de manifestação desses estudantes!

Dessa forma, o que eu considero é que nós precisamos fazer uma discussão sem imaginar que existe um processo de doutrinação ou de catequese nos estudantes e que eles sejam sujeitos passivos dessa doutrinação. A pergunta que eu faço é: além dos instrumentos que já existem na lei, cabe criarmos mais um instrumento para nos socorrermos do Judiciário, num processo que pode ter, sim, como finalização, a criminalização de professores e profissionais de educação?

Deputado Sóstenes Cavalcante, V.Exa. já foi convidado a falar em alguma escola?

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Eu?

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - É.

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Nunca.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Nunca foi convidado, mas poderia ser convidado num debate, por exemplo, que acontecesse numa escola. Depois o Deputado Sóstenes Cavalcante pode falar.

Eu, por exemplo, já fui convidado por diversas escolas para fazer debate com outras forças políticas que pensavam diferente.



(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Eu vou dialogar respeitosamente com a nossa audiência: é esse o exemplo de respeito à diferença que vocês querem dar aqui?

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - É lógico. Eu estou tentando... Calma, Calma. Sempre pode quando é para o outro. O Deputado Bolsonaro... (Risos.)

Sempre pode quando é para o outro na concepção de vocês. O Deputado Bolsonaro... Deixe-me terminar. Calma, não é preciso haver essa intolerância. (Risos.)

Eu vou pedir que minha palavra seja assegurada para que eu conclua, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - A palavra está assegurada ao Deputado Glauber Braga, para conclusão.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - O Deputado Bolsonaro está dizendo aqui... Eu fui respeitoso em minha fala, dialogando com os convidados, tendo a oportunidade de mostrar pontos de vista diferentes.

O Deputado Bolsonaro faz questão de dizer atrás de mim “*Isso é ridículo*”, talvez porque o Deputado Bolsonaro não tenha ainda tido a oportunidade de saber nem quando foi a eleição para Presidente da Câmara dos Deputados para vir votar no próprio pai.

Então, ele tem alguma dificuldade em saber, no tempo e no espaço, o que é o respeito à diferença. Eu não vou entrar, Deputado Bolsonaro, nesse tipo de agressividade com que V.Exa. e seu pai se tratam na sua família. (Risos.) Eu espero que aqui nesta Comissão...

O SR. DEPUTADO EDUARDO BOLSONARO - É tratamento de macho! Não é tratamento de fresco, não! (Palmas.)

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Eu espero que nesta Comissão, Sr. Presidente, a tolerância e o respeito pela diversidade e pela opinião diferente prevaleçam.



Se o Deputado Bolsonaro acha que se manifestando desta forma me agride, ele está muito enganado. Ele não me agride, ele agride a ele mesmo! Ele única e exclusivamente faz com que as suas teses tenham menor capacidade de dialogar com as pessoas que, num determinado momento, estão indecisas ou que não têm uma opinião formada sobre o assunto.

Eu quero ter oportunidade aqui de, com tranquilidade, com respeito à diferença, demonstrar quais são as nossas opiniões. Vocês podem conhecê-las, e nós podemos divergir. Eu posso divergir do Prof. Nagib e ele pode divergir de minha posição.

Eu tenho aqui uma relação muito positiva com o Deputado Flavinho, e nós pensamos diferentemente sobre vários pontos e tópicos. Eu não abro mão do diálogo com o Deputado Sóstenes, porque nós conversamos de maneira respeitosa sobre vários assuntos.

Porém, esse tipo de ação que quer fazer com que a palavra do outro seja rejeitada com a agressividade de quem não quer ouvi-la não contribui para o debate. Eu vou continuar mantendo calma e ponderação em minhas afirmações, por meio de um diálogo firme e respeitoso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Eu agradeço a V.Exa. as contribuições.

O SR. DEPUTADO EDUARDO BOLSONARO - Sr. Presidente, peço não esquecer meu direito regimental de 1 minuto, pois eu fui citado, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Eu vou assegurar ao Deputado Eduardo Bolsonaro a palavra.

Peço a V.Exa. que faça uso do seu minuto apenas para responder as ponderações do Deputado Glauber no que se refere a V.Exa.

O SR. DEPUTADO EDUARDO BOLSONARO - Agradeço a contribuição e o espírito “sereno” e “calmo” da Comissão. (Risos.)

O SR. DEPUTADO PR. MARCO FELICIANO - Sereno e calmo!

O SR. DEPUTADO EDUARDO BOLSONARO - Antes na Austrália surfando do que defendendo bandidos, como foi, no caso da Dilma Rousseff, o que o PSOL fez aqui! (Manifestação na plateia.)



Antes surfar na Austrália do que vir aqui ao Conselho de Ética querer dizer que o cuspe do Deputado Jean Wyllys no Deputado Jair Bolsonaro foi expressão de liberdade.

Na verdade, meus caros, o PSOL pinta uma coisa e faz outra. Trata-se de um partido que não tem qualquer moral para falar nada.

E quem dera se outros Deputados tivessem faltado. Talvez a vontade do povo tivesse sido feita, e o Deputado Jair Bolsonaro tivesse sido eleito. Mas sabemos que ele mesmo não estava pedindo voto por ocasião dessa eleição, e esperamos que em 2018 venha uma boa resposta nas urnas. Inclusive espero que o PSOL assista democraticamente a esse tipo de questionamento.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. DEPUTADO EDUARDO BOLSONARO - Eu espero que todos aqueles do PSOL que falam que vão sair, caso...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. DEPUTADO EDUARDO BOLSONARO - Espero que eles cumpram, porque, no caso da Dilma Rousseff, disseram “*eu vou sair do País quando a Dilma Rousseff sofrer o impeachment*” e não saíram. Que eles cumpram isso, quem sabe, em 2018.

Então, direi apenas isso, bem tranquilamente, bem serenamente, em que pese o Deputado querer atrapalhar a minha fala aqui.

(Intervenções fora do microfone. Ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Agradeço a V.Exas., Deputado Bolsonaro e Deputado Glauber. A bancada do Rio de Janeiro é sempre participativa e intensa.

O último a falar pela ordem de inscritos, também um carioca, é o Deputado Sóstenes Cavalcante. V.Exa. tem a palavra para suas ponderações.

Perdão, gostaria apenas de fazer um correção no que eu disse. O Deputado Sóstenes Cavalcante não é o último orador. O Deputado Zé Augusto também está inscrito e ainda vai falar.

O SR. DEPUTADO ZÉ AUGUSTO NALIN - Eu poderia abrir mão para ele ser o último, Sr. Presidente. Eu gostaria de fazer essa gentileza com o colega carioca de Magé, por favor.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - A bancada do Rio é sempre muito cordata.

Deputado Zé Augusto Nalin, V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - O interesse do Rio é muito grande.

O SR. DEPUTADO ZÉ AUGUSTO NALIN - Agradeço-lhe a gentileza, Deputado Sóstenes Cavalcante. O tema é apaixonante. Eu cheguei aqui para contribuir, embora não participe da Comissão como membro. Não ouvi os palestrantes, mas ouvi os Deputados.

Eu estou observando e está me chamando a atenção um negócio que está me incomodando profundamente: direito e deveres. Eu acho que ninguém vive somente com direitos e ninguém vive somente com deveres.

Eu acho que uma coisa boa que pode acontecer aqui é conciliarmos os direitos de cada um com os seus deveres — conseguirmos juntá-los e estabelecer esse equilíbrio. E eu estou percebendo que não estamos conseguindo fazer isso. Na nossa fala, estamos dando um péssimo exemplo aos estudantes. Não estamos contribuindo para colocarmos uma Nação no caminho. Estamos fazendo uma divisão: “nós contra eles”. Isso é muito ruim. E é responsabilidade de cada um de nós que estamos aqui.

Eu não ouvi a fala dos professores, mas acho que a nossa preocupação é essa. Isso sempre me incomodou muito porque foram dados muitos direitos a todas as classes! Só se pensou no direito. E agora estamos enfiando muito o pé nos deveres. E eu acho que, para que possamos seguir como Nação, como pessoa, como indivíduo, como sociedade, temos o dever e a obrigação, como Parlamentar eleito por várias pessoas, de começar a dar a direção. E o exemplo tem que começar a partir de nós. Vamos procurar quais os deveres e os direitos que nós devemos passar e depois vamos para as diferenças. Estamos começando pelas diferenças.

Desculpem-me o desabafo. Mas eu sou um Deputado novo, suplente. E talvez a minha contribuição seja essa, talvez de divergência, mas é do fundo do meu coração.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Deputado Zé Augusto Nalin, V.Exa. é muito bem-vindo a esta Comissão, e certamente a experiência o sentimento de V.Exa. em muito contribuem para a formação de uma melhor compreensão desta Comissão em relação a esse tema, que, como eu disse no início dos trabalhos, é apaixonante nos dois vieses. Independentemente de quem tenha posição favorável ou contrária, eu penso que, ao final dos trabalhos, é preciso procurar um caminho de convergência para uma educação melhor para o nosso País.

Deputado Sóstenes Cavalcante, V.Exa. está inscrito e tem a palavra para sua manifestação.

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Sr. Presidente, nobre colegas Parlamentares, fiz questão de ficar por último. Assim como o Deputado Nalin, não sou membro desta Comissão Especial, o que lamento, porque V.Exa., que nos preside, é do meu partido, Deputado Marcos Rogério, e o interesse partidário nesta Comissão é muito grande. Temos tantas Comissões na Casa, que acabei não conseguindo estar aqui como membro.

Mas, como ex-líder estudantil na minha época de estudante secundarista, um ex-cara pintada, faço questão de estar aqui em algumas reuniões. Já acompanhei outras e faço questão de estar aqui hoje. Mas hoje quer participar de maneira muito específica, porque eu já acompanho o Projeto Escola sem Partido há algum tempo: leio, estudo, dialogo com vários que o defendem, com outros que não o defendem, como é o caso do Deputado Glauber, com quem tenho dialogado sobre vários assuntos, entre eles, este.

E, até o dia de hoje, querido convidado, Miguel Nagib, eu criticava o título do projeto. Eu achava que o título do projeto poderia ser algo um pouco diferente do que se apresentou inicialmente — acho que poderia ser *A Escola Apartidária*, a escola que respeita todos os partidos, para justamente levar um enfoque diferente.

Mas, depois de hoje, eu passo a ser o defensor número 1 do título deste projeto, porque ficou claro, nas exposições: saímos há poucos meses de um desgoverno que levou realmente à ocupação total — quanto digo total, não quero dizer 100%, mas a ampla maioria — do nosso sistema educacional. E hoje aqui ficou muito claro. E, em especial, preocupa-me...



Tenho apenas 3 minutos? Sr. Presidente, por favor...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Esta Presidência foi tolerante com todos os oradores.

SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - O que me preocupa honestamente, em especial, é o clamor dos pais e dos alunos. Não falo dos filhos dos outros, mas do meu filho. Ontem — hoje é terça-feira, não é isso? — chegou à minha casa dizendo: *“Pai, fui recebido na escola, e um professor, na sua apresentação inicial — estou falando de uma escola particular, não estou falando nem de uma escola pública ainda, mas de uma escola particular onde meu filho estuda —, disse: ‘Sou esquerdista, sou PSOL e não tem quem me impeça de falar sobre política, sobre o que acredito e sobre o que eu faço’”*. E abriu dessa forma a sua apresentação aos alunos no início do ano letivo.

Meu filho estava na sala de aula. Os colegas começaram a olhar em direção ao meu filho todo o tempo. Durante os 50 minutos de aula que esse professor tinha — eu só não vou declinar aqui o nome do colégio porque conversei com o Diretor e medidas serão tomadas —, todos os alunos olhavam para o meu filho, esperando dele uma reação. Dos 50 minutos do período de horário desse professor, ele passou 35 minutos falando mal de políticos. Só quem prestava era a turma do PSOL.

Eu não sei por que, mas V.Exa. deveria estar lá com ele, Deputado Glauber. (Palmas.) (Risos.) V.Exa. deveria estar lá com ele! (Palmas.)

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - É incrível, mas, ao final da aula, meu filho — não, isso eu vou resolver lá, eu vou resolver lá primeiro, depois eu resolvo aqui — ouviu o professor cometer o absurdo de falar mal de todos os partidos, menos do PSOL, e chegar a dizer que os Deputados recebiam 14º salário. Sendo assim, o meu filho, que controla as minhas finanças pessoais, meteu a mão na mesa e falou: *“O senhor é um mentiroso, e cale essa boca!”*. Ele não aguentou a pressão.

É esse tipo de doutrinação, Prof. Halac, é esse tipo de doutrinação, Gilmar, que está acontecendo, sim. E os senhores não podem ignorar isso. Chegar aqui falando alto, como falaram, e querer que fiquemos calados, assistindo ao que está



acontecendo com o meu filho — não é com o filho dos outros não, é com o meu filho! —, querer que fiquemos calados?!

Agora quero também ser a voz mais ponderada dos pais dos alunos do Colégio Pedro II, Prof. Halac, que me procuram direto, direto. Usar do poder da caneta de um reitor para legalizar e deixar que alunos venham com sainha — perdoe-me, perdoe-me —, isso é doutrinar sim.

Vou terminar, Sr. Presidente. Vou terminar com a seguinte pergunta: eu gostaria de perguntar aos palestrantes se eles têm conhecimento de que o Congresso Nacional derrotou em votações tanto na Câmara como no Senado o ensino e a inserção do ensino de identidade de gênero nas escolas. Essa é a pergunta que gostaria de fazer aos senhores.

Segunda pergunta: eu gostaria de saber dos senhores quais são os conceitos deste Governo transitório que aí está — eu não votei nele, eu não votei nele.

(Manifestação do plenário: Nem eu, nem eu.)

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Gostaria de saber dos senhores qual é a opinião relacionada a esses meses do Governo que aí está.

Eu gostaria de fazer uma pergunta ao Prof. Halac. Consta-me que há uma ação civil pública correndo na Justiça contra V.Sa., porque, no espaço do sindicato da escola, haveria um espaço destinado ao PSOL.

Primeiro, eu gostaria de saber se isso é verdade; imagino que não seja. Segundo, se for — se for —, eu gostaria de ter um espaço igual para o Democratas. Aliás, eu mesmo vou me encarregar, seja sua resposta positiva ou não, de visitar as instituições com V.Sa. Eu vou lá. Eu quero ser acompanhado por V.Sa. em todas as unidades da escola, para, em especial, visitar os sindicatos. É assim que se faz a democracia: com visitas, com diálogo e com respeito.

Por último, Sr. Presidente, eu gostaria só de dizer ao Prof. Halac que eu fui visitar algumas unidades no período das ocupações. Duas unidades eu visitei.

Eu não vou entrar no mérito porque, neste momento, não quero fazer juízo de valor. Eu fiz juízo de valor quando a questão tocou em meu filho. Nessa hora eu fiz porque sou o pai. Se eu, como pai, não estiver aqui para defender meu filho, eu não presto para viver na vida.



Eu quero só perguntar: grafitar paredes de escola para V.Sa. é cultura ou é depredar patrimônio público? Eu gostaria de saber, porque eu vi, na unidade em frente ao Colégio Militar da Tijuca, no Rio, paredes que deveriam estar pouco pintadas. Na verdade, após 13 anos de governo do PT, eu vi carteira quebrada, parede toda esculhambada. Isso mostra que o PT, na educação, só usa discurso; investimento, há quase nenhum. O que eu vi lá ninguém me mostrou. Eu fui lá e vi. Estou falando do que vi.

Por último, gostaria de saber dos senhores todos quem aqui tem prazer em dizer — e poderia me dizer — que, nos últimos 3 anos de Governo, houve prioridade em investimento na educação no País, como eles pregam e dizem.

É só isso.

Desculpe o desabafo de um pai angustiado. (*Palmas.*)

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Sr. Presidente, eu peço, respeitosamente, 1 minuto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Agradeço ao Deputado Sóstenes pelas ponderações.

Na sequência, nós vamos passar a palavra aos convidados para suas ponderações finais.

Antes, concedo 1 minuto ao Deputado Glauber, para se manifestar sobre aquilo em que se sentiu atacado.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Deputado Sóstenes, vou tratar especificamente do ponto que V.Exa. falou.

V.Exa. disse que eu deveria me juntar ao professor que fez aquilo que V.Exa. chamou de “doutrinação ideológica”. Eu só queria dizer, Deputado Sóstenes, que, primeiro, eu não posso me manifestar sobre um caso no qual as pessoas não estão claramente identificadas, no qual não é mostrado quem são elas. Mas posso dizer a V.Exa. que, no caso hipotético aqui trazido, o seu filho demonstrou... (*Manifestação na plateia.*)

Rapaz! Eles estão nervosos hoje! Calma! Calma!

No caso hipotético apresentado pelo Deputado Sóstenes — é engraçado —, o filho dele, que é estudante, não demonstrou ser um sujeito passivo de qualquer



doutrinação ideológica. Ele controla as contas do Deputado Sóstenes! E esse menino que controla as contas do Deputado Sóstenes — foi V.Exa. que disse — é considerado um agente, um estudante, que passivamente recebe os conteúdos sem fazer uma análise crítica deles?

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Sr. Presidente...

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - É só uma reflexão, Deputado Sóstenes. Calma! Não precisa ficar nervoso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Agradeço a V.Exas...
(Manifestação no plenário.)

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Sr. Presidente, fui citado. Foi novamente usado o nome do meu filho.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - O que é isso?

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Eu gostaria só de dizer a V.Exa., Deputado Glauber Braga, que na minha casa há pai, há comando e respeito.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Eu não falei com desrespeito de jeito algum.

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - O dia em que V.Exa. for pai do meu filho, V.Exa. determina se ele controla ou não as suas contas. O meu filho comando eu. Ele controla, com muito prazer e com muita eficiência, as minhas contas, e isso não tem nada a ver com a sua vida, não lhe diz respeito. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Agradeço ao Deputado Glauber Braga e ao Deputado Sóstenes Cavalcante.

Como eu já disse, o tema desperta paixões, e temas transversais não podem colocar o assunto principal desta Comissão em segundo plano. Então, faço este apelo a V.Exas.

Nós ouviremos agora a manifestação final dos nossos convidados. Peço aos colegas a compreensão de que estamos em uma sessão da Comissão. (Pausa.)

Agradeço a V.Exas.

Passarei para as considerações finais. O tempo regimental é de 3 minutos para as considerações. Como algumas perguntas e colocações foram feitas pelos Parlamentares, vou estabelecer um tempo inicial de 5 minutos para os convidados, para que façam as suas manifestações finais e respondam às perguntas também.



Inicialmente, Prof. Rodrigo Jungmann, V.Sa. tem a palavra para as suas considerações finais.

O SR. RODRIGO JUNGMANN - Algumas falas nos últimos minutos levantaram um ponto importante. Segundo alguns, os alunos não teriam essa alegada fragilidade perante os professores. Penso que isso é rigorosamente falso e absurdo, é mais uma vez querer ser sonso.

Existe um vídeo no Youtube que mostra menininhas — devem ter 8, 9 ou 10 anos no máximo — dançando o *funk Karl Marx é Baile de Favela*: não sei o que da mais-valia e pá, pá, pá e não sei o que mais. Ora, é plausível achar que aquelas crianças estejam em posição de questionar uma professora que simplesmente as fazem ensaiar, a repetir mecanicamente, aquelas frases que, a rigor, elas nem sequer entendem. Não é plausível supor que uma menininha de 8 anos, 9 anos ou 10 anos não saiba sequer o que seja mais-valia. É plausível isso? Se isso não é fragilidade, eu não sei o que é fragilidade. Mais uma vez, é querer ser sonso — perdoem-me a palavra.

Outra coisa, essa fragilidade pode se dar também pelo simples fato de que, com esse monopólio intelectual acadêmico da esquerda, o aluno tem menos opções. É como ir a um restaurante e o único prato no cardápio ser — deixe-me pensar uma coisa ruim aqui — mortadela com sardinha. Suponham.

Vejam, a pessoa que vai a um restaurante que só oferece mortadela com sardinha está fragilizada por definição, porque ela só tem uma escolha. Ela não sabe sequer que existem outras escolhas, ela não sabe de outras opções, ela pode achar que só existe isso. Imaginem se todos os restaurantes tivessem um único item no cardápio. Muitos alunos simplesmente não têm condição de questionar alguns professores porque eles não têm sequer conhecimento de que há alternativas.

Vá a um colégio dominado pela esquerda e pergunte quem é Michael Oakeshott em um curso de Humanas. Eu sou capaz de apostar que menos de 2% vão saber. Aí vamos fingir que não há fragilidade? Ah, francamente!

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. RODRIGO JUNGMANN - Não, eu falei de Oakeshott, um autor inglês.

A fragilização se dá pela limitação das opções. Um aluno não pode simplesmente adivinhar que existe certo autor conservador que é interessante se



ninguém jamais menciona aquilo para ele. E a esquerda não menciona e não vai mencionar.

Além do mais, é querer negar o óbvio que uma criança em faixa de idade tenra, como aquelas crianças do vídeo *Karl Marx é Baile de Favela...* Isso é questão de bom senso. Eu comecei a dizer que tudo aqui, em última análise, é questão de apelar para o bom senso elementar. É evidente que uma criança daquela não está em posição de se rebelar contra um professor. A maioria não está, vai simplesmente macaquear aquele comportamento, porque é próprio da meninice as repetir os comportamentos dos adultos. Só uma pessoa mais velha é capaz de rejeitar esses comportamentos.

Então, querer pretender que a criança não está em uma posição de fragilidade é coisa de gente sonsa.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Esta Presidência agradece ao Prof. Rodrigo Jungmann por suas contribuições.

Passo a palavra ao Prof. Oscar Halac para suas considerações.

O SR. OSCAR HALAC - Deputado, o senhor está convidado oficialmente. Remeterei para o seu gabinete o convite para a visita ao Colégio Pedro II. O senhor certamente será muito bem recebido, como merece o seu mandato e a sua postura intelectual.

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Eu vou lá sem convite. (*Manifestação na plateia.*)

Já estou registrando, Sr. Presidente, que, no mesmo dia em que o Deputado Glauber Braga for, eu estarei lá sem convite, porque V.Sa. não manda naquilo que acha que manda. Aquilo ali é um espaço público, e eu tenho mandato. V.Sa. quer fazer as coisas para provocar e fica com essa cara de paspalho aqui, e estou aqui para lhe dizer que estarei lá junto com o Deputado.

O SR. OSCAR HALAC - Eu não estou convidando o Deputado Glauber Braga, estou convidando o Deputado Marco Feliciano.

Não vim aqui para ser destratado. O senhor me trate com o respeito devido, como eu lhe trato.



Estou convidando o senhor, Deputado Marco Feliciano, e o convite é extensivo ao senhor, Deputado Sóstenes Cavalcante.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. OSCAR HALAC - Eu ia estender ao senhor, porque o senhor manifestou desejo de ir. Dirigi-me ao Deputado Marco Feliciano, porque ele manifestou esse desejo na fala dele. Eu iria, a seguir, fazer o mesmo convite ao senhor.

Como o senhor não precisa do convite...

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Eu dispenso o convite.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Eu peço a compreensão e a gentileza dos colegas. Nós estamos na fase final desta audiência pública.

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Sr. Presidente, eu só quero que registre que eu estou dispensando o convite dele. Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Agradeço a V.Exa., Deputado Sóstenes. Todos nós conhecemos suas posições, conhecemos as prerrogativas dos Parlamentares. E também, certamente, o convidado conhece.

Eu queria apenas assegurar a palavra ao nosso convidado, para que faça sua manifestação final, e pedir aos Parlamentares que já fizeram uso da palavra que respeitosamente ouçam o convidado, ainda que divergindo.

V.Sa. tem a palavra.

O SR. OSCAR HALAC - Deputado, como o senhor manifestou, eu estou, então, o convidando oficialmente, apesar de o senhor não precisar desse convite para visitar as dependências de uma autarquia federal de ensino como é o Colégio Pedro II. Iria, a seguir, fazer ao íclito Deputado o mesmo convite, porque ele manifestou a mesma vontade. Mas que se respeite, conforme ele sugeriu.

O SR. DEPUTADO PR. MARCO FELICIANO - Eu agradeço. Muito obrigado.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. OSCAR HALAC - Eu quero começar a responder, Sr. Presidente, por favor.

Eu peço encarecidamente a cada um aqui nesta sala, por favor, que acesse a página do Colégio Pedro II e verifique qual foi o ato meu, redigido, que permite que os alunos usem saia. Não está escrito isso.



(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Agradeço a compreensão do Plenário. Nós estamos na fase final da audiência pública. As intervenções acabam prolongando ainda mais o debate.

Professor, V.Sa. tem a palavra para suas ponderações.

O SR. OSCAR HALAC - Por favor, eu rogo que visitem a página e procurem qualquer ato oficial meu autorizando, ou algo parecido, o uso de saia. A portaria apenas atualiza o uniforme do Colégio Pedro II e diz que o uniforme é, dois pontos, o que está escrito.

Não foi dada a todos que me criticam e ao Colégio a oportunidade da leitura do ato oficial. Isso foi dito aqui para destruição de reputação. Minha exoneração foi pedida publicamente na Câmara dos Deputados — encontra-se na mesa do Exmo. Sr. Ministro de Estado, o Sr. Mendonça Filho.

Também me senti desassistido, porque quem fez a acusação foi o Deputado Sóstenes Cavalcante...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. OSCAR HALAC - Por favor! Eu não estou acusando. Isso é público.

O Deputado Sóstenes Cavalcante não verificou o texto da portaria.

(Não identificado) - Prejulgamento.

O SR. OSCAR HALAC - Puxa vida!

Quero informar também, acho que foi o Deputado Bolsonaro quem mencionou isso, que os resultados do Colégio Pedro II no Programa Internacional de Avaliação de Alunos — PISA são semelhantes aos de países como Itália, Espanha e Alemanha, e isso foi fartamente noticiado — o senhor, no meio da sua fala, mencionou algo —, assim como, no ENEM, nós temos as médias semelhantes às das melhores escolas privadas do País. Algumas inscrevem, como todos os senhores sabem, um número reduzido de alunos. O Colégio Pedro II inscreve mais de 2 mil candidatos ao ano e mesmo assim consegue manter a média semelhante às das mais bem colocadas. Isso é um dado importante para uma autarquia federal de ensino.

Sugiro, nobre Deputado, que ouça a gravação, porque eu não concordo e não discordo. Apenas quero dizer que tudo que ali está já está contemplado na Lei nº



8.112 ou na lei ordinária comum. Foi apenas isso que eu coloquei, e é o que deve estar sendo reproduzido, se o áudio for ouvido.

Perguntaram-me sobre os cartazes contra Temer. Cartazes ou faixas já houve contra Collor, já houve contra Dilma, já houve, agora, contra o Lula. (*Palmas.*) Há cartazes contra Temer em todo o território nacional, aqui e acolá, o que não significa que isso seja uma ação premeditada.

Não sou favorável...

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Contra a Dilma houve?

(Não identificado) - Não escola, não.

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Estou fazendo uma pergunta.

O SR. OSCAR HALAC - Sr. Presidente, o senhor disse que eu ia responder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - V.Sa. tem a palavra para a sua manifestação.

Deputados, eu gostaria de fazer um apelo mais uma vez. Nesta fase da audiência pública não cabe questionamentos. Cabe ao expositor apenas as suas conclusões e respostas às perguntas feitas.

O SR. OSCAR HALAC - Não sou favorável, como sou contrário a xingamentos havidos pela grande rede contra qualquer indivíduo, inclusive contra mim.

Determinado Deputado Federal — seu pai, Deputado — disse que eu deveria ser gay. Mesmo gay eu continuaria sendo reitor do Colégio Pedro II. (*Palmas.*) Não seria isso que faria com que eu não fosse. Ao citar que eu deveria ser gay — eu não estou acusando, por favor — é claro que está embutida uma ofensa, que não me ofendeu.

(Não identificado) - Não é ofensa.

O SR. OSCAR HALAC - Sim, mas... Bem...

Sou contra o xingamento e qualquer outra ação que não seja parlamentar contra qualquer Parlamentar, inclusive contra o seu pai.

Então, quanto a esses xingamentos, eu não sei por que veio a pergunta para mim, eu não tenho nenhuma responsabilidade sobre eles. (*Pausa.*)

Disseram que havia um xingamento contra...



(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. OSCAR HALAC - Fizeram-me uma pergunta sobre um xingamento.

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Foi porque foi passado um vídeo no início. V.Sa. não estava...

O SR. DEPUTADO PR. MARCO FELICIANO - Não, foram as perguntas que um aluno nos mandou aqui, via e-mail, sobre o que o professor achava sobre o xingamento relativo a Jair Bolsonaro em sala de sala.

O SR. OSCAR HALAC - Piorou.

Mas volto a dizer: está ali no item nº 1. Esses casos, como diz o companheiro, têm fórum interno para ser resolvidos.

Foi dito que todos os professores — a pergunta, Deputado Marco Feliciano, que V.Exa. me fez, ou o aluno fez — são ligados ao PSOL. Não tenho essa estatística. Sendo assim, na próxima eleição será barbada, porque se todos são ligados ao PSOL...

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Não, há alguns que não são. Eu posso dar testemunho.

O SR. OSCAR HALAC - A pergunta foi: “Todos são ligados ao PSOL?”

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Estou só o ajudando.

O SR. OSCAR HALAC - Eu lhe gradeço. Obrigado.

A resposta, então, é: não creio que assim seja. De qualquer maneira, ser ligado a partido, Deputado e todos os presentes, não é crime, tanto que os senhores são ligados a partido e fazem propaganda política. Os senhores fazem propaganda, é do *métier*. Então, isso não é crime.

Dentro da sala de aula é preciso haver mediação para separar o joio do trigo, senão vamos chegar a um cenário em que vamos ter uma acusação mútua entre docentes e professores, e isso não é ambiente salutar na escola.

Quanto ao ensino de identidade de gênero, não me recordo de qual foi a pergunta sobre isso, mas me lembro da pergunta sobre Governo transitório. O Governo atual não é transitório. Então, eu quero deixar claro que não é assim que eu vejo o Governo.



O Governo Federal que aí está, assim como o anterior, nunca deixou de cumprir a Lei Orçamentária Anual — LOA em referência ao Colégio Pedro II, nem o anterior e nem o atual.

Portanto, eu discordo do termo “Governo transitório”, porque este, agora, nesta fase, não é mais transitório. Pode ser que não esteja indo tão bem quanto se esperava e que, neste momento, muitos estejam deixando a companhia do Michel Temer, nosso Presidente. Porém, este Governo não é transitório, e assim é que foi votado pelos senhores.

Acabaremos amigos, porque nós nos falamos tanto que vamos acabar amigos. Foi dito: *“Como pai, vou defender meu filho”*. Eu vou emendar: *“Como Deputado, eu vou defender meu filho e todos os outros estudantes que passarem por este momento que meu filho passou”*.

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Isso é depois. Na hora eu só falei como pai.

O SR. OSCAR HALAC - Estou o ajudando. (*Risos.*)

Eu não sei se respondi tudo, mas gostaria de concluir. Sinto-me em um debate de esquerda e direita. Sinto-me num debate maniqueísta, como disse o nobre Deputado de Magé, se não é brincadeira, que não leva a nada. Talvez leve a batalhas sangrentas, como em alguns outros países. Não é mais hora desse tipo de maniqueísmo do século retrasado, até porque o último esquerdista que eu conheci foi o Zagallo.

Digo ao Sr. Presidente que agradeço o convite. Em tudo se aprende, mas eu vim aqui para discutir, nada mais, nada menos, do que o projeto Escola sem Partido. O que eu assisti foi uma peleja entre esquerda e direita ou entre o que é melhor e o que é pior, e deste debate eu não pretendo participar.

Eu já disse que não tenho ligação partidária. Inclusive, para surpresa de todos, eu sou oriundo...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. OSCAR HALAC - Eu não tenho ligação partidária.

O SR. DEPUTADO EDUARDO BOLSONARO - Eu estou falando só com relação à pergunta. Então, no Colégio Pedro II não entram detrações com relação ao Deputado Jair Bolsonaro ou questões como essa?



O SR. OSCAR HALAC - Senhor, isso é um mundo à parte, isso é uma grande rede, isso não é o Colégio Pedro II, Deputado.

O SR. DEPUTADO EDUARDO BOLSONARO - Mas questões de prova exibem essa charge aqui. É disso que eu estou falando. Não foi o caso do Colégio Pedro II. Mas qual seria o tratamento dado, caso fosse? Foi só uma pergunta.

O SR. OSCAR HALAC - Deputado, eu vou concluir.

V.Exa., primeiro, diz que é, depois, diz que não é, agora. V.Exa. diz que é uma pergunta.

(*Intervenção fora do microfone. Inaudível.*)

O SR. OSCAR HALAC - Não falou?

(*Intervenção fora do microfone. Inaudível.*)

O SR. OSCAR HALAC - Então, não é o Colégio Pedro II, mas é a grande rede, é um território onde nós não temos domínio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Professor, peço a V.Sa. que faça a conclusão. As perguntas remanescentes ficarão para o próximo (*ininteligível*).

O SR. OSCAR HALAC - Eu fui eleito concorrendo com um candidato legitimamente filiado ao PSOL. Eu sou oriundo da Escola Superior de Guerra, mas não por isso devo fechar os olhos para o sofrimento do outro. Não é possível que alguém seja feliz com o outro sofrendo ao lado.

Para quem tem dúvida, eu não sou o “esquerdopata” que noticiaram, não sou de esquerda e não frequento eventos nem esquerda nem de direita, porque eu acho que esse maniqueísmo não existe. Aqui não existe. Com 37 partidos não é possível existir, senão vamos ter que dividir 18 para lá e 18 para cá. Não creio que exista.

Então, não podem os senhores cobrar de nós aqui, que viemos com muita boa vontade, que defendamos ou não o projeto Escola sem Partido e nos colocar defronte de um debate sobre esquerda e sobre direita.

Eu agradeço aos senhores o convite. Eu agradeço, mas, ao mesmo tempo lamento.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - A Presidência agradece ao nobre Prof. Oscar Halac as suas contribuições.



Na sequência, passo a palavra ao Prof. Miguel Nagib para suas manifestações finais e para responder às perguntas dos Parlamentares.

O SR. MIGUEL NAGIB - Sr. Presidente, fico contente de ver que, nesta Mesa, as duas pessoas que foram chamadas, supostamente, para falar contra o Escola sem Partido, manifestaram claramente que elas sabem, tanto o Prof. Halac quanto o Prof. Gilmar, que os deveres dos professores existem. Eles só não querem que os alunos fiquem sabendo, esse é o ponto. (*Palmas.*)

Então, a questão é: os deveres existem ou não existem? Essa questão nós podemos discutir. Mas se nós sabemos que eles existem, os alunos têm direito de saber. É só isso o que a gente quer. Isso é uma questão de estrita cidadania, que é o direito de conhecer os seus próprios direitos.

O Deputado Glauber Braga fez uma comparação entre o fiel e o estudante e sugeriu a mim que eu imaginasse que a distinção estaria na questão da vulnerabilidade do estudante. O ponto não é este. Eu inclusive já falei sobre isso com o senhor na primeira conversa que nós tivemos. O senhor talvez tenha se esquecido. Não foi aqui.

A diferença entre o fiel e o estudante é que quem frequenta uma escola, é obrigado a frequentá-la, e quem frequenta uma igreja vai se quiser. Por isso é que pastor e padre têm absoluta liberdade de expressão dentro de uma igreja, no púlpito, mas o professor não tem. O professor se dirige a uma audiência cativa, e o padre e o pastor se dirigem a indivíduos que podem deixá-lo falando sozinho se quiserem. Eles dão as costas e deixam o pastor falando sozinho. O aluno, na sala de aula, não pode fazer isso. O aluno é obrigado a escutar o discurso do professor. Essa é a principal diferença que existe entre o fiel e o estudante, entre o fiel e o aluno.

O senhor falou sobre moral cristã, sobre quem é que decide o que é moral, o que está de acordo com a moral cristã e o que não está? Certamente não é o burocrata. Burocrata não faz sermão. O burocrata aplica a lei, pune, exige o cumprimento da norma. Mas ele não faz sermão. Quem faz sermão é padre. Quem diz o que é moral e o que é imoral é o padre, é o pastor, é o pai e a mãe, não é o funcionário público. O funcionário público só faz aquilo que a lei determina. E a legislação brasileira não possui um decálogo, não possui um código moral. Quem possui código moral são as religiões. Essa é a diferença. Burocrata não faz sermão.



Burocrata aplica a lei. O professor é um burocrata. Ele transmite aos alunos o conteúdo do currículo, aquilo que está escrito e que foi aprovado pelas autoridades competentes. Não lhe cabe dizer aos filhos dos outros o que é certo e o que é errado em matéria de moral. Esse é um ponto.

Um ponto muito importante, Deputado, e que tem a ver com a existência de prova cabal ou não sobre o problema da doutrinação nas escolas.

Mesmo que não exista uma prova cabal — existe, não há dúvida de que existe —, mesmo que existissem meros indícios de que o sistema de ensino está sendo usado para fins políticos, ideológicos e partidários e que o direito dos pais está sendo usurpado por funcionários públicos, mesmo que fossem apenas indícios e não provas cabais, como as que existem, esta Casa deveria agir na defesa da parte mais fraca, que é o estudante.

Está escrito no art.70 do Estatuto da Criança e do Adolescente:

“Art. 70. É dever de todos prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente.”

O poder público tem obrigação de agir preventivamente para impedir que os direitos que correspondem àqueles deveres sejam violados, porque a parte que está aqui, a parte mais fraca, é a criança e o adolescente. Está aqui, no Estatuto da Criança e Adolescente, este dever de agir por parte do poder público e das escolas, evidentemente.

Por fim, é um argumento surrado — um argumento surrado! — o de que o aluno não é uma folha em branco, que uma criança de 12 anos de idade sabe perfeitamente como dialogar com um professor tarimbado, com um militante, e que eles estão ali em pé de igualdade. Evidentemente, como disse o Prof. Jungmann, isso é um argumento de gente sonsa! Com todo o respeito! E mais, é um argumento típico dos abusadores que procuram minimizar a gravidade dos seus atos apelando para a condição pessoal das suas vítimas.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Isso é muito agressivo.

O SR. MIGUEL NAGIB - Perdão, a verdade tem que ser dita, Deputado. A verdade tem que ser dita. (*Palmas.*)



É típico dos abusadores, que pretendem minimizar a gravidade dos seus atos, apelar para a condição pessoal das suas vítimas. E digo mais, é um argumento típico também dos estupradores que alegam em sua defesa que aquela menina de 12 anos que eles acabaram de violentar não é tão inocente quanto parece. Esse é o argumento de que o aluno não é uma folha em branco. (*Palmas.*)

Esse argumento precisa ser varrido, por uma questão de honestidade intelectual! Alegar que uma criança de 12 anos de idade pode se defender de um militante tarimbado, dentro da sala de aula, que desfruta de uma posição de poder evidente, é um argumento tão desonesto — é tão desonesto! — que ele tem que ser banido definitivamente dessa discussão. Vamos discutir coisa séria. Esse argumento não é sério! Esse argumento é desonesto do começo ao fim!

Eu lamento que o senhor tenha enunciado esse ponto de vista. (*Palmas.*)

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Peço direito de resposta ao final.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Agradeço ao eminente convidado, Prof. Miguel Nagib.

Concedo a palavra ao Prof. Gilmar Soares Ferreira para que faça suas ponderações finais e responda os questionamentos dos colegas Parlamentares.

O SR. GILMAR SOARES FERREIRA - Primeiro, quero dizer que a democracia é uma questão exigente. Estamos aqui para responder a ela.

A CNTE é contra o projeto Escola Sem Partido, porque entende que o Constituinte de 1987 e a Constituição de 1988 esforçaram-se e conseguiram estabelecer as bases, os princípios, que podem dirimir todos os conflitos que possam existir no espaço escolar, desde que nós tenhamos avançado na regulamentação de determinadas matérias. Por exemplo, na regulamentação da gestão democrática, caberia perfeitamente trabalhar as questões que envolvem direito e dever, em que pese isso já estar tratado nos planos de carreira, nas leis do sistema. Nós temos cinco mil e tantos sistemas de ensino no País.

Em razão da ausência de regulamentação da norma maior, da Carta Constitucional, nós temos que regulamentações dos Estados e Municípios. Caberia ao Congresso fazer um esforço no sentido de promover a regulamentação de matérias como esta. É claro que isso nos ajudaria para que não continuássemos com o discurso da minha escola, da minha igreja, da minha família.



Eu sou pai de três filhos que estão na escola pública. Uma já está no ensino médio, e dois estão no ensino fundamental. Quando há um problema, eu me dirijo à unidade escolar. Por exemplo, se eles ergueram a voz contra o professor, vou à escola para levantar a situação e exigir os encaminhamentos necessários.

Do ponto de vista do espaço da escola, do espaço democrático, o que está faltando é a presença, o acompanhamento, das famílias. Por exemplo, em relação ao debate sobre a Base Nacional Comum Curricular, nós temos que intervir no sentido de resguardar aquelas questões da família, da igreja. Eu não sou a favor do ensino religioso, mas sou a favor de estudar o fenômeno religioso. O meu filho tem que aprender que é a pessoa que acredita no candomblé tem que ser respeitada, assim como aquele cujo pai ou mãe são espíritas.

Na escola não podemos fazer doutrinação, catequese, como se diz na linguagem católica, mas temos que estudar o fenômeno religioso para dizer que todo ser humano tem um elemento que o leva a sair de si na busca de uma explicação para a vida aqui. E isso tem que acontecer na escola, respeitando, é claro, o tempo e o espaço das próprias crianças, a maturação cognitiva, a idade. O meu filho de 11 anos, por exemplo, não vai entender a linguagem da minha filha que já tem 15 anos. Mas, no aspecto religioso e familiar, isso exige de nós preparação.

Há determinadas verdades que são discutidas na escola. E, quando os meus filhos chegam a casa, eu os chamo para conversar. A escola disse isso, mas a nossa fé católica prega isso, e nós acreditamos nisso. Mas eu não vou para a escola dizer que a minha verdade tem que ser a verdade de todos.

É uma falsa polêmica este debate que está colocado aqui. Nós temos que avançar, e não me venham dizer que há doutrinação de esquerda, porque a existência de vocês demonstra o contrário. Se houvesse aqui — como é o termo usado aqui? — doutrinação de esquerda, não haveria Deputado de direita.

(Manifestação no plenário e na plateia: Na escola!)

O SR. GILMAR SOARES FERREIRA - Pelo amor de Deus, gente! Precisamos ter um pouco mais de bom senso para fazer alguns debates. É preciso ter bom senso.

Respondendo ao Deputado Sóstenes Cavalcante...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)



O SR. GILMAR SOARES FERREIRA - Pelo amor de Deus, no exercício da democracia, o respeito é um deles.

Deputado Sóstenes Cavalcante, se eu tenho conhecimento da questão ideológica...

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Que foi derrotada aqui nesta Casa. (*Palmas.*)

O SR. GILMAR SOARES FERREIRA - Que bom! Parabéns, vocês venceram! Ao vencedor, as batatas, como diz a história.

Nós estamos vendo, quase diariamente — e muitos não aceitaram o discurso do professor —, pessoas serem eliminadas da face da Terra numa nação que se diz cristã, católica e evangélica.

A minha família é evangélica. Eu sou católico. Do ponto de vista da fé, não há diferença. Acreditamos em Jesus, que foi misericordioso. Embora tenha convocado as pessoas à conversão, respeitou a decisão de cada uma delas.

Que religião é essa? Que igreja é essa?

O SR. DEPUTADO PR. MARCO FELICIANO - Sr. Presidente, ninguém falou em religião aqui. Ele não pode nos atacar dessa maneira.

O SR. GILMAR SOARES FERREIRA - Outra coisa: eu vou me abster aqui de fazer avaliação do Governo. Acho que Governo é sempre o resultado de condicionantes históricas, de disputas de projeto. Neste momento, há uma correlação hegemônica de forças. Ela tem mais força, tem mais poder, mas nós vamos continuar na luta. Eu acredito na luta de classes, que é luta de interesses. A direita deveria apresentar um projeto que garanta direitos à maioria da população, mas não é isso que aqueles que vocês legitimaram no poder estão fazendo. Esta Casa vai colocar em votação a reforma da Previdência. Vocês vão votá-la aqui, vão fazer uma pessoa trabalhar 49 anos. Se um professor trabalhar 49 anos, ele vai, primeiro, para um caixão, ou seja, não vai ter aposentadoria.

É dessa seriedade que nós estamos discutindo aqui.

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - Eu estou calado aqui, mas estamos começando a tomar outro rumo.

(Não identificado) - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Eu vou pedir aos colegas compreensão para concluirmos. Peço ao expositor que se atenha ao tema da audiência pública, porque não podemos seguir por outro viés aqui.

Agradeço a V.Exa., Deputado Paulo Freire, porque o tema da audiência pública é específico. Então, peço aos expositores que se atenham a esse tema. Peço ainda a compreensão dos Parlamentares para tentarmos concluir esta audiência pública, pois temos ainda três requerimentos que serão colocados em votação ao final da reunião.

Então, faço esse apelo a V.Exas.

Com a palavra o convidado para concluir suas considerações finais. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Vamos deixar o nosso convidado concluir sua fala. Agradeço a V.Exa.

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Sr. Presidente, quero colaborar com o convidado, porque ele está respondendo a uma pergunta que eu fiz, está falando como vê o Governo. Ele revelou aqui realmente o que pensa do atual Governo. Esta é a hora de revelar as coisas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Eu faço um apelo a V.Exa., Deputado Sóstenes Cavalcante, no sentido de contribuir com os trabalhos desta Comissão, para que não traga um tema transversal a este debate, porque, se nós seguirmos por esse caminho, certamente o debate se alongará muito e não chegaremos a uma conclusão que todos nós buscamos.

Professor, agradeço a V.Sa.

O SR. GILMAR SOARES FERREIRA - Sr. Presidente, V.Exa. vai me deixar concluir?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - V.Sa. tem a palavra.

O SR. GILMAR SOARES FERREIRA - Obrigado.

Justamente por ser contra o Programa Escola sem Partido, que prega a neutralidade, eu não poderia deixar de manifestar minha opinião e a manifestarei sempre que for convidado.

Para concluir, reafirmo que esta Casa daria uma maior contribuição ao debate se regulamentasse processos envolvendo gestão democrática no interior das unidades escolares, em vez de aprovar leis que vão apenas transformar os espaços



das escolas, os espaços das ofensas, das denúncias e sobreregar ainda mais o Judiciário, que não dá conta de julgar as questões de direito neste País.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Esta Presidência agradece, mais uma vez, aos expositores, que vieram, nesta terça-feira, trazer suas visões, experiências, compreensões acerca do tema *Escola sem Partido*. A todos, indistintamente, quero agradecer a gentileza de acatar o convite desta Comissão e poder aqui fazer suas manifestações.

Este debate seguirá. Certamente, ao final, a Comissão terá a oportunidade, a par de todas as manifestações, de chegar a uma conclusão que será fruto de um bom debate. O texto poderá ser aquele que nasceu dos projetos que estão em tramitação ou um texto absolutamente novo, fruto do amadurecimento do debate e do conjunto das ideias aqui manifestadas.

De maneira que, nesta ocasião, sinto-me absolutamente contemplado por todas as manifestações aqui proferidas. Agradeço mais uma vez aos professores que aqui compareceram. Aos convidados, estejam à vontade para tomar a bancada embaixo ou se retirar.

Na sequência, passaremos aos itens da Ordem do Dia.

Agradeço, mais uma vez, ao Dr. Miguel Nagib e aos Profs. Rodrigo Jungmann, Oscar Halac e Gilmar Soares Ferreira as contribuições.

Antes de passar à Ordem do Dia, concedo a palavra ao Deputado Glauber Braga, como Líder, nos termos regimentais, por 3 minutos.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, convidados que aqui tiveram a possibilidade de se expressar, o Prof. Miguel e o Prof. Rodrigo fizeram questão de combater um argumento que eu explicitei aqui, fazendo ataques pessoais, dizendo que aquele era um argumento típico de um sonso. Hoje, o Deputado Bolsonaro não está com a calma que a Austrália lhe deu. Calma, Deputado Bolsonaro! Calma, Deputado!

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que reponha o meu tempo.

(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Esta Presidência vai assegurar a palavra ao Deputado Glauber Braga, que está usando da palavra pela Liderança do PSOL, pois tem o direito de fazê-lo. Vamos ouvi-lo.



Este debate é plural. Cabe a cada um aqui ter suas posições, mas é preciso respeitar também as posições do colega.

Com a palavra o Deputado Glauber Braga.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Esse tipo de abordagem, que partiu do Deputado Bolsonaro, do Prof. Miguel e do Prof. Rodrigo, não é um ponto fora da curva nesta discussão. O Prof. Miguel inclusive falou aqui em banir esse argumento da discussão. É isso mesmo, é essa a proposta que vocês querem tocar. Vocês querem que alguns argumentos sejam submetidos a um processo de força. Nesse caso específico, os profissionais de educação podem ser efetivamente criminalizados no Judiciário. Antes que vocês me perguntem qual é o projeto de lei que trata do processo de criminalização, quero dizer que tanto o relatório desta Comissão quanto o de Plenário são relatórios livres.

O Prof. Rodrigo não vai ter o direito à réplica neste momento específico. S.Sa. já está pegando o microfone. Eu não quero fazer uma discussão com o senhor. Eu quero aqui apresentar os meus argumentos e estou usando o tempo regimental pela Liderança do PSOL. Não vou fazer com o senhor, Prof. Rodrigo, uma discussão voltada para agredir pessoalmente o senhor, para dizer que o senhor é sonso, para dizer que o senhor tem essa ou aquela característica, nem direta nem indiretamente, até porque, Prof. Rodrigo, se tivermos que ir para o embate pessoal, caso eu queira, de alguma forma, agredir o senhor, acho que esse não é o melhor espaço para fazê-lo.

Então, eu só queria dizer ao senhor...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Eu não quero estabelecer uma discussão. Sr. Presidente, eu estou utilizando o tempo da Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Vou fazer solicitação aos membros da Mesa. A partir desta fase, não cabe mais manifestações aos componentes da Mesa. S.Exa. está fazendo o uso da palavra.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Deputado, V.Exa...

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Estou respondendo a uma citação que já foi feita.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Deputado Pr. Marco Feliciano, V.Exa. já foi Presidente de Comissão nesta Casa, conhece o Regimento da Casa e sabe que este Presidente deve se ater a ele.

Não cabe manifestação. Depois de encerrada audiência pública e na palavra de Liderança, não cabe contradita. O Deputado está falando pela Liderança.

Agradeço a V.Exa. pela contribuição.

O SR. DEPUTADO PR. MARCO FELICIANO - V.Exa. falou...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - O Deputado está com a palavra. Não cabe aparte. Estou apenas assegurando a palavra ao Líder.

O SR. DEPUTADO PR. MARCO FELICIANO - V.Exa. me citou como Presidente de Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Deputado, na sequência, ouvirei V.Exa. e sua experiência por 1 minuto.

O SR. DEPUTADO PR. MARCO FELICIANO - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Deputado Glauber, pode continuar.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Sr. Presidente, não quero estabelecer uma discussão nesses termos. Quero mostrar, através de argumentos diferentes dos argumentos dos senhores, que existe uma intolerância que se está estabelecendo na discussão desse tema nesta Comissão, a partir das intervenções que são feitas por Parlamentares e por alguns dos senhores, que leva exatamente a fazer com que argumentos não sejam utilizados ou banidos. Isso não adianta. O desejo de eliminação do argumento do outro não vai fazer com que ele suma ou desapareça. Isso não...

O SR. RODRIGO JUNGMANN - Lenin dizia: *“Vocês me deem uma segurança de dez anos...”*. É curioso que Lenin...

(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Eu vou esperar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Vou solicitar mais uma vez aos membros, aos convidados que ajudem, colaborem com esta Presidência. Eu preciso manter a ordem dos trabalhos, fazer a votação dos requerimentos e encerrar esta reunião.



Na palavra de Liderança, não cabe aparte ou interrupções.

Deputado Glauber, V.Exa. está com a palavra. Vou acrescentar 1 minuto para V.Exa. concluir.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Obrigado, Presidente.

Eu queria chamar a atenção para um fato. É incrível que não haja nenhuma percepção de que esse tipo de ação ou de comportamento que quer invisibilizar o outro ou eliminar os argumentos do outro seja um ato de intolerância.

Quero ter oportunidade de dialogar, pensar diferente, apresentar as minhas propostas. Os senhores podem concordar, discordar, mas não quero, numa audiência de Comissão, utilizar da minha prerrogativa de Parlamentar para fazer insinuações ou insultos de natureza pessoal aos senhores. Esta não é a minha estratégia de ação, por mais que isso possa, em determinados momentos, levar a uma situação que não é de confrontação física pessoal. Não é o que eu quero! Eu quero fazer uma discussão racional dos temas que estão colocados.

O Prof. Rodrigo tem que ter o direito de, quando eu falar, fazer a careta que ele considera a mais adequada. A liberdade democrática lhe garante o direito de fazê-lo, mas isso não tem que ser uma tentativa de eliminar um argumento de quem quer que seja. Os argumentos que vão ser por mim apresentados têm que ser, acima de tudo, respeitados pelos senhores, porque é um direito democrático. Eu não preciso necessariamente gritar para ser ouvido, mas eu quero ter a oportunidade aqui de estabelecer um diálogo em que argumentos diferentes possam se confrontar não para convencer os senhores, mas para que quem estiver observando a nossa discussão possa formar as suas próprias convicções.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Deputado Glauber, agradeço a V.Exa.

Os convidados estejam à vontade para deixar a Mesa. Nós vamos fazer agora a deliberação dos requerimentos.

Deputado Pr. Marco Feliciano, V.Exa. tem a palavra por 1 minuto.

O SR. DEPUTADO PR. MARCO FELICIANO - Presidente, eu apenas estava saindo na defesa do nosso palestrante Miguel Nagib, a quem peço atenção neste momento, bem como de V.Exa. e do Deputado Glauber.



Eu fiz uma intervenção naquele momento porque, enquanto o Deputado Nagib falava, o Deputado Glauber estava com ele aqui. Agora, o Deputado Glauber, como Líder, tem direito a falar e o convidado não pode se expressar. Ele estava sendo provocado. Foi apenas o que eu pedi.

Como Presidente da Comissão, na minha época, eu abria a oportunidade para que aquele que estava sendo provocado pudesse falar, porque senão fica sendo uma desonestade intelectual sem tamanho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Agradeço a V.Exa., Deputado Pr. Marco Feliciano. Estou tendo o cuidado de seguir rigorosamente o Regimento desta Casa, para não permitir que os trabalhos da Comissão tenham um caminho que não seja aquele que todos nós buscamos aqui.

Peço a compreensão dos Parlamentares apenas para concluir os trabalhos de hoje.

Encerrada a audiência pública, passemos às deliberações.

Tendo em vista que as atas das 3^a e 4^a Reuniões Ordinárias foram disponibilizadas antecipadamente na página da Comissão e que se encontram sobre as bancadas cópias das referidas atas, desde a abertura do painel, pergunto se há alguma retificação a fazer em relação às atas.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Sr. Presidente, neste momento não há retificação. Se houver acordo na Comissão, pergunto a V.Exa. se todos os requerimentos podem ser avaliados em conjunto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Há alguma divergência? (Pausa.)

O SR. DEPUTADO PR. MARCO FELICIANO - Sem objeção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Não havendo divergência, primeiro, vou submeter à votação as atas.

Aqueles que aprovam as atas permaneçam como se acham. (Pausa.)

Aprovadas as atas.

Passemos à deliberação dos requerimentos constantes da Ordem do Dia.

Item 1. Requerimento nº 4, de 2016, do Sr. Flavinho, que requer a realização de audiência pública destinada a debater o Projeto de Lei nº 7.180, de 2014. Convidados: Ailton Benedito, Procurador da República de Goiás; Ministro da



Educação Mendonça Filho; Fábio Aragão, Procurador da República do Rio de Janeiro; Presidente da CONAE — Conferência Nacional de Educação; Jean Marie Lambert, professor da PUC de Goiás; Renato Janine Ribeiro, professor titular da cadeira de Ética e Filosofia Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Esse é o Requerimento nº 4.

Item 2. Requerimento nº 13, de 2017, do Sr. Flavinho, que requer a realização de audiência pública destinada a debater o Projeto de Lei nº 7.180, 2014. Convidado: Thiago Flores, Prefeito do Município de Ariquemes, do Estado de Rondônia.

Item 3. Requerimento nº 14, de 2017, do Sr. Glauber Braga, que requer que seja ouvida nesta Comissão Especial a representante do Ministério Público de Rondônia, a Procuradora Priscila Matzenbacher Tibes Machado.

Esses são os requerimentos constantes da Ordem do Dia.

Por sugestão do Deputado Glauber Braga, eu os coloco em apreciação do Plenário.

Aqueles que os aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovados.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a presente reunião, antes convocando a próxima reunião para o dia 15 de fevereiro, amanhã, às 14h30min, no Plenário 7, destinada à audiência pública de convidados.

Agradeço, mais uma vez, aos convidados, ao nobre Relator, Deputado Flavinho, aos Srs. Deputados e às Sras. Deputadas aqui presentes, bem como a todos os que prestigiaram esta audiência pública.

Portanto, haverá reunião às 14h30min.

Agradeço a todos.

Está encerra a sessão.